

por ■ sinal

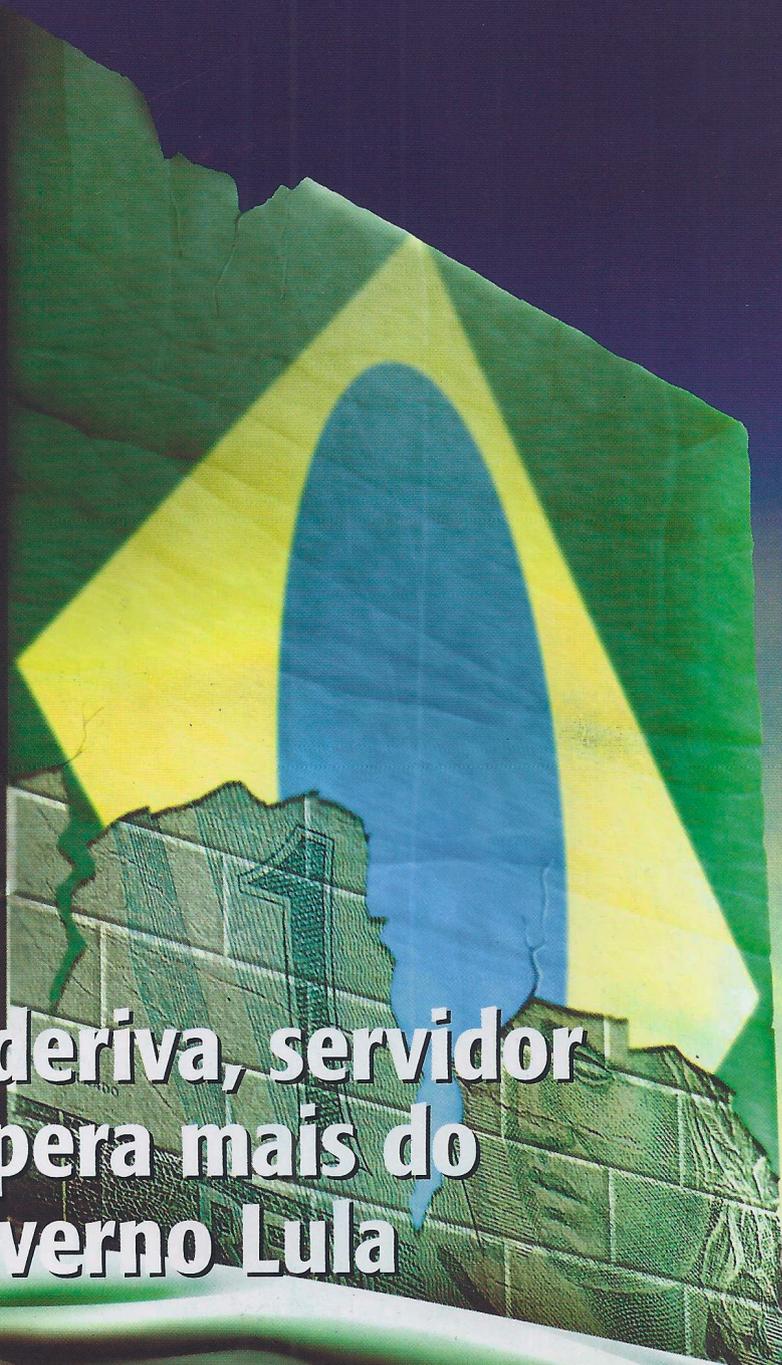
Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano 3 ■ nº 10

POLÍTICA ECONÔMICA

Sem mudança de rota em 2004, crescimento está comprometido

SPREAD BANCÁRIO

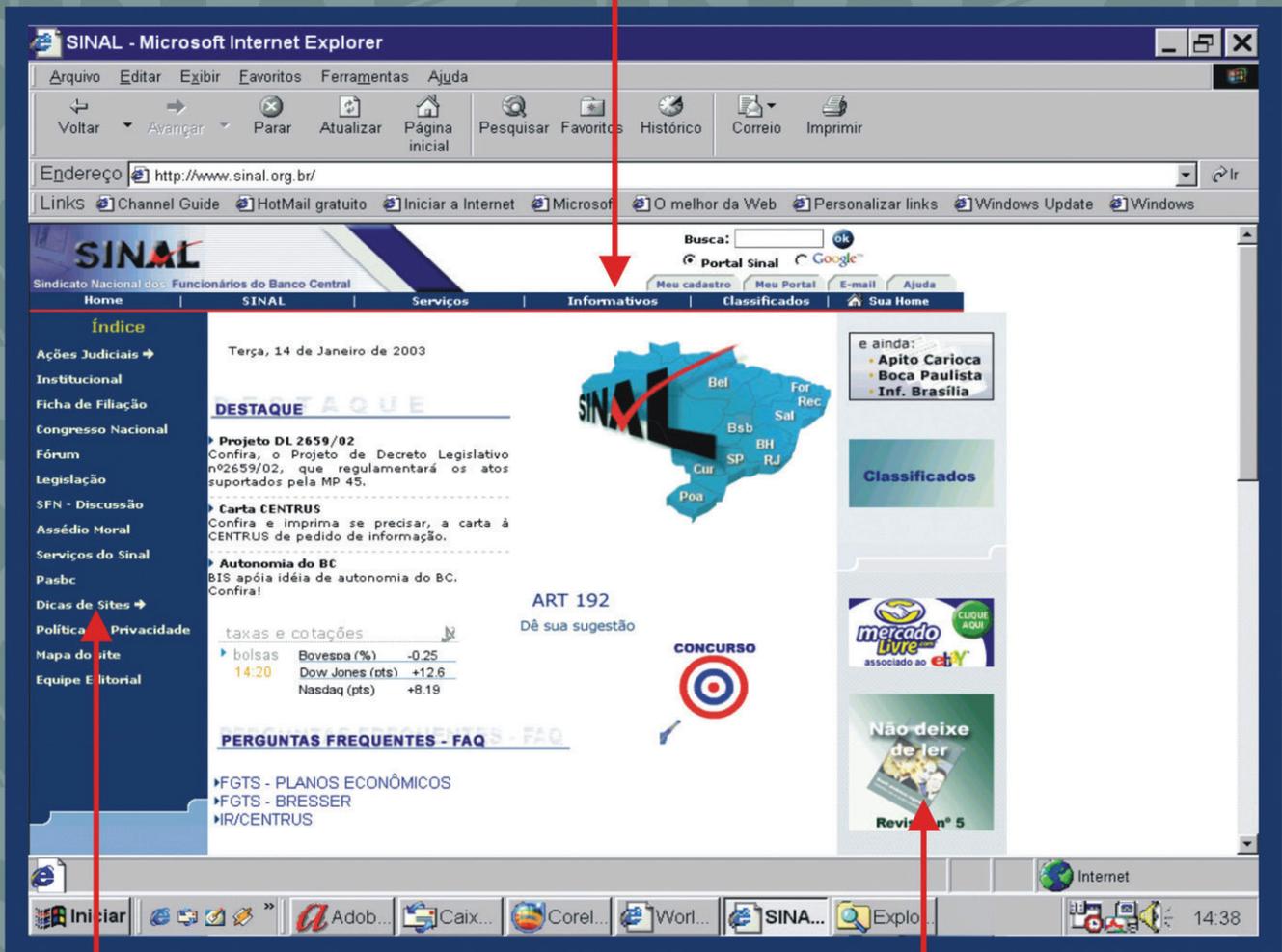
Com risco zero e sem concorrência bancos são os donos da festa



À deriva, servidor espera mais do governo Lula

ACESSE NOSSO ENDEREÇO ELETRÔNICO

Súmula de Jornais



Dicas de Sites

Revista Por SINAL

www.sinal.org.br

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

Em compasso de espera

O segundo ano da administração Lula avança, os resultados esperados não aparecem, e o cumprimento das expectativas de um governo de mudanças se esvaem a cada balanço de gestão e a cada indicador social ou econômico que vem a público.

Apontado como responsável por várias mazelas do País, o servidor – e o serviço público – continua sua *via crucis*, satanizado sistematicamente até pelo governo que, outrora oposição, prometia valorizá-lo.

O propalado espetáculo do crescimento ainda é promessa. A economia não cresce, empregos não são gerados, as políticas sociais não mostram o retorno esperado e a dívida – sempre ela – não pára de crescer. Enquanto isso, os bancos, sem muito esforço, seguem sua trajetória intocável de lucros, batendo todos os recordes anteriores, captando dinheiro dos usuários para financiar, principalmente, os cofres do Tesouro.

E, porque o governo chegou a este ponto? Quem responde é o Senador Jefferson Peres (PDT-AM), em entrevista à *Por Sinal*: “O PT não se preparou para ser governo. Não tinha um projeto de Brasil”.

Atravessando essas turbulências, os servidores do BC mostram como a Instituição cumpre a sua missão na Regional de Porto Alegre, a despeito das consequências dos erros decorrentes da descontinuidade



administrativa do Banco.

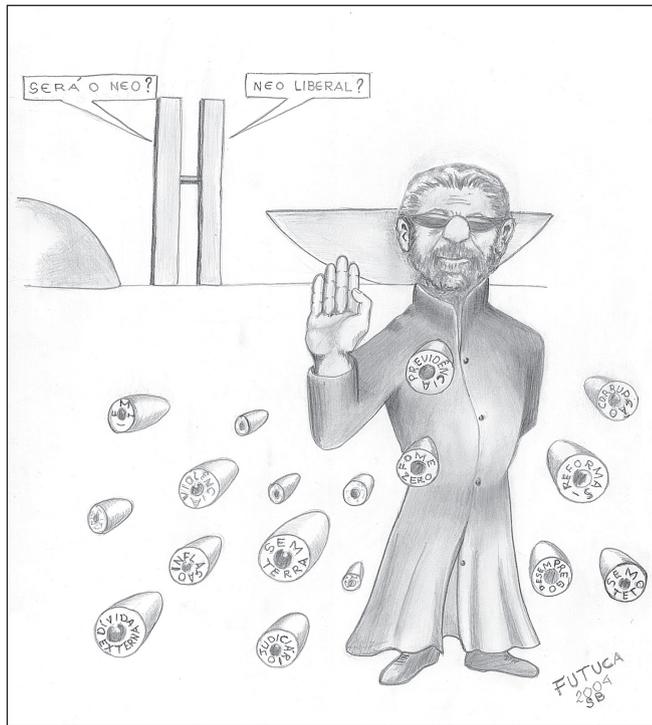
No apagar das luzes de 2003, a comunidade baceniana perdeu uma de suas mais ilustres figuras. A *Por Sinal*, nas palavras de José Carlos Costa, rende sua homenagem a Paulo Roberto de Castro, incansável batalhador das causas do funcionalismo.

Com este número, a revista chega à décima edição, na certeza de estar cumprindo com os objetivos para os quais foi criada: contribuir para o debate de temas próprios ou potenciais de um banco central e promover a valorização profissional dos funcionários da Casa.

“Renovados cumprimentos pela série de impecáveis edições que temos acompanhado na revista Por Sinal. Projeto gráfico de primeira qualidade associado a reportagens muito bem apuradas e com viés crítico incomum na grande imprensa. Ponto para o Sinal. Aplausos à ótima capa da edição número 9, com uma arte sutil e expressiva para ilustrar o tema da reforma sindical. Também mereceram destaque as entrevistas com Tarso Genro e Paulo Paim, que deixam clara certa inquietação com o atual momento econômico e as heranças com as quais trabalha o governo federal, nesse movimento pró-reformas.”

Guilherme Diefenthaler
Jornalista, Joinville - SC

“(…) Foi com um misto de revolta e tristeza que me deparei com as duas entrevistas publicadas na Por Sinal nº 9. São matérias desse calibre, entre outros motivos, que me trazem a urgência de rever minha filiação a esse sindicato. Então os senhores dão espaço a um reconhecido traidor da causa trabalhista que não teve a dignidade, a coragem, a hombridade e a decência de, assumindo o custo da atitude, votar contra essa famigerada “reforma” da Previdência? Preferiu ficar curtindo as delícias de ser, no concerto mundial, componente do grupo parlamentar mais bem pago? E quanto ao senhor Tarso Genro, outro nefando traidor de todo o funcionalismo público que, ingenuamente, apoiou durante anos o então incipiente PT? Eu pergunto: por que esse espaço concedido ao governo federal com recursos meus e de outros colegas? Espaço concedido para uma propaganda mentirosa que procura recriar uma realidade onde só vivem os apaniguados do PT? Agora vocês vão querer me convencer que o reconhecidamente inútil Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tem algum tipo de valia na sociedade? E o incrível cinismo do senhor Tarso Genro quando diz que o conselho “é um espaço através do qual



Charge de João Marcus Monteiro, membro do Conselho Editorial da Por Sinal e colaborador do Apito Brasil, boletim editado pelo Sinal

o governo se encontra com a sociedade, conflita a dialoga com ela”. Que sociedade, cara-pálida? Quando e onde existe esse debate? Para começar, o tal conselho – onde o povo nada apita – não decide nada, não resolve nada, não muda nada, enfim, não faz nada. Todo mundo sabe que é um órgão sem qualquer função na engrenagem do governo. Será que só vocês não sabem? E além de tudo, as perguntas foram direcionadas de modo a permitir ao senhor Tarso Genro dar o seu recado, fazer propaganda falsa daquilo que nem ele nem ninguém estão fazendo. (...)”

Raimundo Pinheiro, Brasília-DF

■ *Compreendemos a sua indignação, da qual partilhamos, pela aprovação da reforma da Previdência. No entanto, gostaríamos de esclarecer que a entrevista com o senador Paulo Paim foi realizada em novembro passado, quando boa parte das entidades ainda apostava suas fichas no poder de negociação do senador. Naquele momento, Paim deixou bem claro que não daria seu voto ao texto original da reforma*

porque havia alguns pontos que iriam de encontro à sua consciência, como a taxa-ção de inativos.

No final de novembro, porém, o senador mudou radicalmente de posição e apoiou integralmente o texto original da reforma da Previdência. Como a revista já estava na gráfica, o SINAL não pôde incluir nenhum comentário sobre a guinada de Paim.

Quanto ao ministro Tarso Genro, é importante que se diga que o SINAL não o entrevistou porque concorda com sua análise da realidade brasileira. O entrevistou, sim, porque reconhece em Tarso Genro uma cabeça pensante e um destacado quadro político deste governo. Imbuído, evidentemente, do espírito democrático que deve nortear a atuação sindical.

Sérgio da Luz Belsito
Presidente do Sinal

Capa À deriva, servidor espera mais do governo Lula	Página 6
Artigo Luís Carlos Paes de Castro /Reforma sindical: avanço ou retrocesso?	Página 13
Entrevista Sérgio Mendonça /"Na visão do governo, a Mesa de Negociações é estratégica"	Página 14
Artigo Sérgio Luz Belsito /A falta de coerência nas políticas de gestão pública	Página 18
Política econômica Sem mudança de rota em 2004, crescimento está comprometido	Página 20
Projeto Renda Básica O direito de cada brasileiro participar da riqueza da Nação	Página 24
Spread bancário Com risco zero e sem concorrência, bancos são os donos da festa	Página 28
Entrevista Senador Jefferson Péres /"O PT não se preparou para o governo. Não tinha um projeto de Brasil"	Página 32
Regional Porto Alegre Um BC mais perto do usuário	Página 36
Homenagem José Carlos da Costa /Paulo Roberto, meu amigo	Página 40

À deriva, servidor espera mais do governo Lula

Não é de hoje que o servidor público é usado como bode expiatório para as nossas mazelas. Collor se elegeu presidente tendo como bandeira o combate aos marajás; Fernando Henrique, além de suspender o reajuste do servidor por sete anos, fez do “inchaço” do



Estado o pretexto para as privatizações; Lula, por sua vez, chegou a ponto de dizer que sem a reforma da Previdência não seria possível gerar os 10 milhões de empregos que o povo espera. Já se vão 15 anos deste processo de satanização do servidor (excetuando-se, a bem da verdade, o curto período de Itamar Franco no Planalto, de dezembro de 1992 a dezembro de 1994). O curioso é que, a cada mudança na Presidência, o governo que entra estrutura uma nova “política de qualidade” para o serviço público. E o faz com planos de gestão muitas vezes associados a programas de “valorização do servidor”. É de se perguntar: por que esses planos não cumprem

Para início de conversa, é importante ter em mente que esta não é uma discussão corporativista. O que está em jogo, aqui, é o papel que o servidor pode desempenhar na sociedade, desde que o Estado invista o suficiente para garantir, de fato, os direitos civis e sociais de cada cidadão. Dentro desta perspectiva, o estigma que persegue o servidor público é injusto porque os estudos sobre administração pública sempre deram ênfase aos aspectos clientelistas da admissão de pessoal, sem vincular o crescimento do quadro de servidores ao da demanda da população por prestação de serviços.

Com o propósito de corrigir esse erro, o pesquisador Eneuton Pessoa apresentou, no Instituto de Economia da Unicamp, um trabalho de fôlego sobre a evolução do emprego público nos anos 90. Em suas conclusões, Pessoa sustenta que não há pessoal em excesso no serviço público, pois, comparando a situação brasileira com os dados internacionais, verifica-se que o Brasil tem uma das mais baixas taxas de emprego público do mundo, tanto em função das demandas populacionais quanto em relação ao nível de emprego total na economia (ver tabela).

Há quem torça o nariz para esse tipo de comparação, já que os critérios para quantificar o número de servidores não são uniformes em todo o mundo. Os liberais geralmente insistem que a forma correta de avaliar a relação dos servidores com a sociedade está no gasto que o governo tem para mantê-los em seu quadro. Por essa lógica, o

ano de 1995 registrou a maior despesa com servidores ativos da era do Real: 2,93% do PIB. Este percentual caiu para 2,56% em 1999, mas desde então vem crescendo, fechando em 2,83% em 2002 (os dados de 2003 ainda não estão disponíveis).

INVESTIMENTO NÃO É DESPESA

Mas o “x” da questão não está aí. Para o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, o erro está em considerar o servidor como apenas uma rubrica que pressiona o orçamento. A seu ver, o governo e a sociedade

EMPREGO PÚBLICO NO BRASIL E NO MUNDO		
PAÍSES	Emprego público como % do emprego total	Emprego público como % da população
Dinamarca	39,3%	18,7%
Suécia	38,1%	17,2%
Finlândia	27,2%	10,8%
França	27,0%	10,4%
Bélgica	23,9%	8,7%
Itália	23,2%	8,2%
Áustria	22,5%	9,6%
Irlanda	21,1%	7,5%
Canadá	19,9%	9,0%
Austrália	18,7%	8,5%
Espanha	18,0%	5,5%
Portugal	17,5%	7,5%
Reino Unido	16,9%	7,4%
Alemanha	15,4%	6,6%
EUA	14,9%	7,0%
Nova Zelândia	14,2%	6,5%
México	11,4%	4,3%
BRASIL ¹	11,3%	5,1%
Japão	7,0%	3,6%

FONTE: Relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de 1999.
(1) O Censo 2000 do IBGE registra um decréscimo significativo nestes percentuais: a participação do emprego

precisam discutir a conveniência de considerar os recursos destinados ao funcionalismo como investimento, e não como despesa, pois um servidor mais bem qualificado, motivado e bem-remunerado é, nas palavras de Mendonça, “sinônimo de um serviço público de melhor qualidade” (veja entrevista com o secretário na página 14).

Uma discussão como essa pode conduzir, de fato, a uma política consistente de valorização do servidor público. Porque, até o momento, as iniciativas do governo Lula nesse sentido são muitíssimo modestas.

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO

Para o servidor, valorização é um triângulo formado por três vértices: recomposição salarial, capacitação e plano de carreira. O primeiro vértice – dar aumento de salário ao funcionalismo – não é uma política vista com bons olhos pela equipe econômica. A Mesa Nacional de Negociação Permanente, canal de negociação com o servidor criado pelo governo Lula, vive um momento de impasse justamente por isso.

Já a política de capacitação do servidor tem conseguido alguns avanços. É verdade que a redução de investimentos, por conta do aperto fiscal, limita, por exemplo, os investimentos em tecnologia da informação, a meninados-olhos do projeto de modernização da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Porém, a despeito das dificuldades, da falta de recursos, o governo reconhece o papel estratégico

da Enap, que vem funcionando como um centro articulador das escolas de governo. Aliás, é importante registrar o sensível crescimento do número de instituições federais que oferecem cursos de especialização e treinamento para funcionários. Em síntese: há muito trabalho a ser feito nessa área, mas pelo menos aqui, existe um rumo norte.

A questão do plano de carreira é outro aspecto polêmico. Já se falou muito em um plano de carreira único,

mas não existe nada de concreto a respeito. Sabe-se, apenas, que o governo Lula não vê com bons olhos a lógica criada na era FHC, que entendeu ser mais produtivo aumentar ao máximo o número de carreiras. Essa discussão sobre a elasticidade do plano de carreira tem sua importância, mas o ponto central, e que até hoje não foi discutido suficientemente, reside na criação de políticas diferenciadas e descentralizadas, algo que teria um significado

Secretaria de Gestão: disputa palaciana

A saída de Humberto Martins da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento revela, mais uma vez, que falta unidade e consistência ao governo Lula. Martins assumiu a Secretaria de Gestão em fevereiro de 2003 com a missão de preparar a modernização do serviço público. Já na primeira reunião com todos os secretários do Ministério, defendeu junto ao ministro Guido Mantega a elaboração de um Plano de Gestão conectado com um projeto de desenvolvimento e, sobretudo, com a necessidade de reorientar e fortalecer o papel do Estado. Ele entendia que essa dimensão havia se perdido no governo Fernando Henrique, que, como se sabe, viu nas políticas de gestão apenas uma forma de preparar o desmonte do Estado.

O curioso é que, entre 1996 e

1998, Martins trabalhou com Bresser Pereira no extinto Ministério de Administração Federal e Reforma do Aparelho de Estado (Mare), órgão que passou para a história como um dos grandes formuladores da política do Estado mínimo. Por este motivo, seu ingresso no *staff* do governo petista causou, a princípio, uma certa estranheza. Mas, considerando a carência de quadros do PT, e talvez justamente por conhecer como poucos a máquina do Estado, é que Martins foi chamado para auxiliar o governo Lula na árdua tarefa de reverter os estragos causados por Fernando Henrique à administração pública.

SINAL VERDE

Em junho de 2003, o ministro Guido Mantega aprovou as linhas traçadas

todo especial para os funcionários do Banco Central.

O PAPEL DO SERVIDOR NA SOCIEDADE

A primeira pergunta que se faz quando se pensa em servidor público deve ser: qual é o Estado que queremos? A resposta a essa pergunta, evidentemente, não é fácil, mas, de acordo com o pesquisador Eneuton Pessoa, a sociedade deveria levar em

conta a importância da expansão do emprego público. Segundo ele, as estatísticas do pós-guerra sobre a evolução do mercado de trabalho nos países desenvolvidos mostram claramente que o crescimento do emprego público, nos momentos de crise, alavancou a economia desses países.

O economista José Carlos de Assis, um dos criadores do site Desemprego Zero, também pensa assim. Ele defende que o governo use os R\$ 70

bilhões anuais do superávit primário para financiar dispêndio público em saúde, educação, habitação popular, saneamento, segurança e defesa.

Se Lula tivesse a coragem de tomar tal atitude, ninguém mais (a não ser os liberais, claro) teria dúvida de que serviço público é investimento, e não gasto.



por Humberto Martins para a formulação do Plano “Gestão Pública para um Brasil de Todos”. De agosto a outubro, foram elaborados a metodologia de diagnóstico, o modelo de gestão e os procedimentos que iriam regular as redes de sustentação do Plano, que funcionaria com 1.500 servidores em 300 organizações para acompanhar e avaliar, até 2007, as mudanças na administração federal.

Profissionalizar e engajar o servidor público fazia parte da agenda de seis eixos de mudanças previstas pelo Plano. No diagnóstico inicial, Martins e sua equipe concluíram que há “confusão entre cargos e carreiras, o que leva à verticalização e surgimento de demandas por carreiras específicas, modelo de cargos comissionados excessivamente aberto nos níveis de direção intermediária (DAS 4 e 5) e acentuado hiato remuneratório de altos dirigentes”. A reversão dessas distorções, de acordo com o Plano, além de melhorar a qualidade da Administração Pública, contri-

buiria para restabelecer a dignidade e a credibilidade da função pública perante a sociedade.

DANÇA DAS CADEIRAS

No dia 20 de janeiro, o Ministério do Planejamento informou a Martins que a proposta do Plano de Gestão deveria ser “desconstruída”. Três dias depois, em meio a intensos rumores sobre a reforma ministerial, o governo editou a Medida Provisória 163, transferindo a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento para a Casa Civil. Não se sabe ao certo qual as razões dessa MP. Em tese, deixar o monitoramento da área de gestão sob a responsabilidade da Casa Civil fazia sentido em função do poder político e da visão estratégica de José Dirceu. Há versões, porém, que atribuem a transferência à necessidade de manter a Secretaria de Gestão nas mãos do PT, caso o Ministério do Planejamento fosse entregue ao PMDB na dança de cadeiras desenhada pelas mudanças

ministeriais.

O fato é que, alojando-se na Casa Civil, Martins entendeu que o Plano de Gestão poderia, enfim, sair do papel. Mas havia um senão: Guido Mantega não queria perder a Secretaria de Gestão. Na viagem com o presidente Lula à Índia, o ministro ameaçou demitir-se caso esta ficasse mesmo na Casa Civil. Lula, então, determinou, no dia 6 de fevereiro, o retorno da Secretaria de Gestão para o Ministério do Planejamento.

As conseqüências? Humberto Martins pediu sua exoneração no dia 9 de fevereiro e, até hoje, o Ministério do Planejamento não se pronunciou a respeito, nem mesmo em relação às críticas do ex-secretário, que afirmou em alto e bom som que a agenda do ministro “é quase inteiramente drenada pelas questões orçamentárias”.

Entre o dito e o não dito, fica a impressão de que, como disse Martins na sua carta de demissão, a modernização da administração pública continua sendo tratada na base da barganha de competências.



Negociação com o governo não avança

Quando o Ministério do Planejamento instalou a Mesa Nacional de Negociação Permanente, em 26 de fevereiro de 2003, os sindicalistas acreditaram que o novo governo pretendia realmente definir as bases de um sistema de negociação com o funcionalismo. Na oportunidade, o ministro Guido Mantega fez questão de ressaltar que o servidor não teria perdas salariais no governo Lula. Repetiu o discurso, em abril, após anunciar o “aumento” de 1% para o servidor. O reajuste restrito de 2003, segundo ele, era fruto das limitações impostas pelo Orçamento elaborado por FHC no seu último ano de governo.

O mote para as futuras discussões residia, então, no Orçamento 2004. O foco seria válido se o governo quisesse, de fato, dialogar. Em agosto, sem qualquer conversa com os servidores, o Executivo enviou sua proposta de Orçamento ao Congresso, em que previa um reajuste de no máximo 2,6% para o funcionalismo, muito aquém da inflação de 2003 (9,56%, pelos cálculos do Dieese). Em fevereiro, com o Orçamento já aprovado, o governo ofereceu um reajuste linear ainda menor (inferior a 1%) em troca de um valor diferenciado (entre 5% e 20%) na gratificação de desempenho, concedendo percentuais maiores apenas para os servidores com baixos salários, excluindo, dessa forma, o pessoal do BC. Os aposentados, em sua grande maioria, ou serão excluídos (no caso dos maiores salários), ou receberão a xepa da gratificação de desempenho que o governo pretende pagar aos ativos. Até o fechamento desta edição, persistia o impasse entre governo e servidores, agravado pela disposição do Planalto de não conceder os mesmos índices para ativos e inativos.

ARROCHO SALARIAL

Essa proposta é uma ofensa. Em primeiro lugar, porque o Dieese – órgão de origem do secretário Sérgio Mendonça, atual coordenador da Mesa – entende que “gratificação

de desempenho” é o equivalente, no serviço público, à produtividade da iniciativa privada. Como tal, não pode ser misturada com o reajuste linear. Se não bastasse, o governo tenta semear a discórdia entre as categorias, dando a entender que existem “privilegiados”. A mídia conservadora, claro, adora esse discurso, e parte para a ofensiva usando dados do próprio Ministério do Planejamento sobre as benesses que teriam sido concedidas, por exemplo, aos analistas do Banco Central. No recente PCS, é bom que se diga, somente os salários iniciais tiveram um aumento significativo. Quem está há mais tempo no Banco sabe que falta muito para os servidores do BC se recuperarem do arrocho salarial iniciado no governo FHC (as perdas, desde então, atingem 127,3%).

O pior de tudo é que o governo demonstra não ter política nenhuma para as diretrizes de planos de carreira. Além de acabar com a paridade entre ativos e aposentados, a proposta apresentada na Mesa cria mais distorções no serviço público, como se pretendesse aprofundar o desmonte do Estado, em vez de revitalizá-lo. E, subjacente a tudo isso, a intenção de segregar os servidores de carreiras exclusivas, caso dos funcionários do Banco Central. O governo parece ignorar o fato de que, antes de serem “privilegiados”, esses agentes de Estado exercem funções essenciais para a própria sobrevivência e estabilidade do sistema financeiro.

A Mesa de Negociação Permanente, se continuar nessa linha, não tem futuro. E o País, que tanto depende da construção de políticas públicas sérias, fica numa encruzilhada, pois o governo continua vendo o servidor como um fardo, um peso no Orçamento. Se pensa e age com essa lógica, como a equipe de Lula poderá recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento?



O servidor e as políticas de Estado

A profissionalização do serviço público, a partir da década de 30, confunde-se com o momento em que o Estado resolve chamar para si a responsabilidade de impulsionar o crescimento econômico do País. Até então, o Estado limitava-se a regular e estimular, por meio de juros subsidiados, a atividade econômica. Com a crise do modelo agrário-exportador, tornou-se questão de vida ou morte construir as bases da industrialização, que havia iniciado no Brasil sem o apoio decidido do poder público. O golpe desfechado por Vargas, em 1937, além de enfraquecer as elites regionais e econômicas, abriu espaço para esse projeto de industrialização, que dependia da ação direta do Estado como indutor do desenvolvimento e do planejamento estratégico.

Com uma postura audaciosa – o plano quinquenal de Vargas, elaborado nessa época, tinha como meta uma usina de aço, a construção de hidrelétricas em Paulo Afonso e até uma fábrica de aviões –, era necessário formar um corpo burocrático competente para tocar este projeto. Esta tarefa coube ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938. O novo órgão tratou de generalizar o sistema de mérito, ou seja, o recrutamento passou a ser feito mediante a avaliação da capacidade, através de concursos e provas de habilitação.



“A saída de Martins da Secretaria de Gestão deixa sérias dúvidas sobre a disposição (e poder) de Lula para tocar o projeto de revitalização do Estado.”

Dessa forma, os cargos passaram a ser preenchidos considerando, em primeiro lugar, os critérios técnicos, e não as indicações políticas (bem, pelo menos era essa a intenção). Seja como for, o Dasp marcou o início da profissionalização da carreira de servidor público.

A segunda grande transformação na gestão pública se deu em 1967 através do Decreto-Lei 200. Este estabeleceu as diretrizes para a expansão da administração indireta, transferindo para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia

mista várias funções antes exercidas pela administração direta. O monopólio estatal de várias atividades estratégicas continuava exigindo um Estado forte, com poder de realizar os grandes investimentos de que o País necessitava.

O INÍCIO DO DESMONTE

Essa concepção de Estado prevaleceu até 1989, quando entrou em cena Fernando Collor, o primeiro a defender o ideário liberal do Estado mínimo. Mas foi outro Fernando, o Henrique, que levou às últimas conseqüências o debate sobre a “crise do Estado”, na verdade um pretexto para a terceira geração de transformações na máquina pública, justamente a que pretendia desmontá-la.

No Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado, apresentado em 1995, Fernando Henrique sustentava, no prefácio assinado por ele mesmo, que a crise brasileira da década de 80 foi também uma crise de Estado porque, garantia, os governos passados desviaram o Estado de suas funções básicas “para ampliar sua presença no setor produtivo”. Se não bastasse, o então presidente usava do argumento de “excesso de Estado” para justificar a deterioração dos serviços públicos.

No mesmo documento, o governo FHC dizia que o objetivo da reforma do Estado era “a reconstrução da admi-

nistração pública em bases modernas e racionais”. Esse discurso, que soava como música para os defensores da economia de mercado, plantou as sementes do desmonte progressivo do Estado e abriu as portas para a privatização de quase todo o patrimônio estatal.

O marco regulador, porém, passava pelo enfraquecimento do serviço público. Isso foi feito mediante um conjunto de leis, medidas provisórias e duas emendas constitucionais: as de nº 9 e 20 de 1998. A primeira decretou o fim da estabilidade, legitimou a terceirização e ainda criou a insuficiência de desempenho como forma legal para demissão; já a segunda trouxe a primeira reforma da previdência pública, com a transformação do tempo de serviço em tempo de contribuição e a exigência de idade mínima como pré-requisito para a aposentadoria.

UM ESTADO PARA TODOS

Fernando Henrique encerrou os seus oito anos de governo sem conseguir concluir todas as reformas previstas para consolidar o desmonte do Estado. Mas com Lula a expectativa era outra. Como dizia o então secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Humberto Martins, havia chegado o momento para um novo plano de gestão pública em que o Estado deixaria de ser o problema, como era o ponto de vista de FHC, e passaria a ser a solução para as desigualdades sociais, “um novo Estado para o Brasil de todos”. A saída de Martins da Secretaria de Gestão, um caso típico

de superposição de competências, deixa sérias dúvidas sobre a disposição (e o poder) de Lula para tocar o projeto de revitalização do Estado.

Para a deputada Jandira Feghali, o governo Lula vive uma gravíssima contradição: “Apesar de ter prometido a valorização do serviço público na campanha, em muitos aspectos o governo Lula mantém a mesma concepção de Estado do governo anterior. A reforma da Previdência foi a demonstração disso, em que o servidor público foi posto na rua, mais uma vez, como o grande causador dos males da sociedade brasileira, o que é uma indignidade”, critica a deputada.

Por outro lado, a disposição do governo de reverter o processo de terceirização parece seguir na direção contrária. A abertura de concurso para o preenchimento de 24.700 vagas, em 2003, e 41.380, em 2004, é um fato positivo, segundo Jandira, que contribui para a valorização do profissional de carreira, mas que ainda não traduz uma política definida de revitalização do Estado e valorização do serviço público.

De fato, a decisão de contratar novos servidores se deu muito mais por uma premissa contábil: o ministro Guido Mantega descobriu que a terceirização, ao contrário do que se supunha, aumentou os gastos com mão-de-obra. Em 1995, o governo contava com 600 mil servidores. Com o enxugamento da máquina, esse número caiu para 400 mil no fim de 2002. As despesas, no entanto, passaram de R\$ 363 milhões

em 1998 para R\$ 656 milhões em 2002. A diferença não se explica pela inflação do período, e sim pelo alto custo dos contratos de terceirização. Em função disso, o governo concluiu que poderia retomar a contratação de servidores gastando o mesmo que já gastava com a mão-de-obra terceirizada.

É claro que, em termos práticos, não se pode tirar o mérito do governo por tentar restringir a terceirização com a contratação de servidores. Mas falta, antes de qualquer outra coisa, entender a importância estratégica do funcionário público e, a partir daí, construir políticas de valorização do servidor. Para Jandira Feghali, o primeiro passo consiste em devolver a estabilidade ao servidor. Ela entende que esta, antes de ser uma garantia do servidor, é um direito da sociedade.

Não se sabe se o governo petista aceitaria rever esta questão. Seja como for, o tabuleiro político pode reservar algumas surpresas capazes de ressuscitar a discussão sobre a estabilidade. A deputada Zelinda Novaes (PFL-BA) apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição para que os servidores públicos possam ter direito ao FGTS. Segundo a parlamentar, a perda da estabilidade e a equiparação dos regimes previdenciários público e privado tornaram o serviço público pouco atraente. Estender o FGTS seria uma forma de corrigir esse erro.



Reforma sindical: avanço ou

Na edição nº 9 da Por Sinal fez-se um apanhado das várias opiniões acerca das propostas para a reforma sindical, que finalmente deverá ser debatida e aprovada pelo Congresso Nacional neste 2004. Essa reforma vai definir em lei a maneira como os trabalhadores poderão se organizar para enfrentar o poder do capital, no caso, a estrutura sindical, as formas de financiamento da atividade sindical, a organização dentro das empresas, e assim por diante.

Para os servidores públicos, que conquistaram o direito de se organizar em sindicatos em 1988, será uma ocasião importante para refletir e avançar na definição de um modelo sindical que atenda à complexidade e às especificidades do serviço público brasileiro, buscando fortalecer o conjunto da categoria de mais de 6 milhões em todo o País.

Um dos temas mais polêmicos se liga a um falso argumento que procura confundir liberdade sindical com a possibilidade de existência de vários sindicatos em uma mesma base, o chamado pluralismo, que viria superar um modelo, supostamente antidemocrático, que só permite a existência de um único sindicato em cada base, a unicidade sindical. A corrente majoritária da CUT, apesar de sua histórica luta em defesa dos trabalhadores, também nesta questão, assim como no episódio da reforma da Previdência, tem se posicionado na contramão das lutas sociais. Se, naquela ocasião, respaldou uma reforma privatizante e de caráter fiscal, que eliminou direitos dos servidores públicos, agora, ao defender o pluralismo, tenta ampliar a divisão já existente na cúpula, em função da existência de seis centrais sindicais, levando-a para as entidades de base.

No Banco Central, convivemos de perto com os problemas resultantes da existência de mais de um sindicato

em uma mesma base. Primeiro, a divisão entre bancários e sinaleiros; agora, a disputa entre os defensores do Sinal, organizados em todo o País, e alguns grupos, limitados a Brasília, que tentam manter aquela antiga contenda numa realidade completamente diferente. É uma disputa desgastante, que coloca interesses partidários ou pessoais acima dos interesses da categoria e que poderia ocorrer de forma saudável no âmbito de uma organização única dos servidores do Bacen.

“O fato de existir apenas um sindicato numa determinada base não significa, em absoluto, a inexistência de liberdade sindical.”

O fato de existir apenas um sindicato numa determinada base não significa, em absoluto, a inexistência de liberdade sindical. Esta vincula-se ao direito de os trabalhadores poderem se associar e exercer seus direitos sindicais. A reforma deve garantir, por exemplo, o direito de eles constituírem organizações por local de trabalho, vinculadas ao seu sindicato, livres da

perseguição patronal. A democracia sindical passa também pelo entendimento do caráter plural da entidade, que não deve assumir uma coloração religiosa ou partidária, o que, por sua vez, não deve justificar o apoliticismo. A maior ou menor democracia pode ser construída através de mecanismos incluídos no estatuto e regimento interno de cada sindicato, garantindo maior transparência na administração das entidades, mecanismos de participação dos filiados, e assim por diante.

Para os servidores públicos, é essencial, ainda, que seja regulamentado o direito de greve e aprovada uma legislação que garanta a negociação entre os sindicatos e os governos, independente de quem esteja ocupando a função de administrar a coisa pública em cada momento.

S

(*) Presidente do Conselho Regional de Fortaleza

“Na visão do governo, a Mesa de Negociação é estratégica”

O novo titular da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, tem um currículo de respeito. Especialista em questões como desemprego e salário mínimo, é pós-graduado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. Exerceu, entre outras, a função de conselheiro do Programa Comunidade Solidária e do Conselho Regional de Economia de São Paulo. Para os sindicalistas, o dado mais positivo é que Sérgio traz para o governo a experiência de quem era há 14 anos diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Na entrevista à Por Sinal, ele fala da nova experiência e do duro desafio que é ser coordenador da Mesa Nacional de Negociação

■ Qual é o projeto que o governo Lula tem para a valorização do serviço público?

É um projeto em construção. Todo governo ganha uma eleição com uma plataforma genérica e, muitas vezes, essa plataforma não é capaz de descer a detalhes. Mas é claro que este governo tem um compromisso com a valorização do servidor. Em que sentido? Primeiro, com a idéia de um Estado mais forte. Não há como negar que esta gestão olha o Estado, de novo, como um ente estratégico no sentido de promover políticas. E sabemos que a promoção dessas políticas públicas não pode ser feita sem um serviço

público de qualidade, sem servidores capacitados. Alguns exemplos: tanto em 2003 quanto em 2004, a contratação de servidores públicos concursados é muito superior à média histórica do governo Fernando Henrique; este ano, já está autorizada a contratação de 41 mil servidores concursados em diversas áreas. Há um desejo de redução expressiva da terceirização, e o concurso é o símbolo desse olhar para a frente. Agora, seria incorreto dizer que este governo já tem uma política acabada para a valorização do servidor.

■ O Sinal conversou com algumas entidades que participaram da

Mesa de Negociação Permanente desde fevereiro de 2003. Houve, no início, a sensação de que, finalmente, um governo se preocupava em estabelecer um canal de negociação com o servidor. À medida que o ano avançou, a avaliação das entidades mudou sensivelmente. Um exemplo: a bancada do governo estabeleceu um cronograma, dentro da Comissão de Política Salarial, para que fosse entregue em 28 de maio de 2003 uma proposta para recomposição das perdas do servidor nos próximos anos. As entidades entregaram uma proposta formal,



“Um servidor mais bem qualificado, motivado e bem remunerado é, na ponta, sinônimo de um serviço público de melhor qualidade.”

SÉRGIO MENDONÇA

mas o governo, que propôs o cronograma, alegou que sua posição dependia da elaboração do Orçamento 2004. O governo remeteu o Orçamento ao Congresso, com um valor muito baixo para o reajuste linear, e as entidades se ressentem de não terem participado desse processo. Qual é sua avaliação disso?

A Mesa é estratégica na nossa visão. Um tema central da agenda da Mesa é a questão das diretrizes de carreira. Passada a fase da revisão geral e dos conflitos que estão em curso nas diversas categorias, vamos ter que estruturar essa política, submetê-la à

discussão interna no governo e, posteriormente, ao Congresso Nacional. E tudo isso gostaríamos de construir com a Mesa.

■ Mas é possível esperar que, para o reajuste linear de 2005, a discussão com os servidores seja feita antes de o governo enviar a proposta de Orçamento para o Congresso?

Este é o nosso desejo, até porque a LDO (*Lei de Diretrizes Orçamentárias*, base para o Orçamento Geral da União) fecha em abril. Se não começarmos esse debate logo, vamos ter dificuldade para a questão orçamentária

em 2005. Enquanto no setor privado os acionistas ou os donos da empresa podem diminuir o lucro para aumentar a massa de salário, no serviço público nós não temos uma elasticidade tão grande em função dos limites estabelecidos pela Lei Orçamentária, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelos Planos Plurianuais.

■ O governo tem alegado que não pode propor um reajuste maior ao servidor em função das limitações do Orçamento. Mas os últimos dados mostram que o governo Lula gasta apenas 31% do Orçamento com pessoal, quando a Lei Camata permite que essa despesa seja de até 50%. Isso sugere que existe margem para um aumento maior.

Há, de fato, uma visão, que eu diria cultural, sobre considerar o gasto do pessoal apenas como despesa, e não como investimento, no sentido de que um servidor mais bem qualificado, motivado e bem remunerado é, na ponta, sinônimo de um serviço público de melhor qualidade. Esta é uma longa discussão de convencimento que não se esgota neste governo. O problema é que, numa sociedade desigual como a nossa, o salário médio do servidor público é mais alto que o salário médio do conjunto da sociedade. Então, para se justificarem transferências orçamentárias maiores para o serviço público, é preciso convencer toda a sociedade, que tem pessoas na informalidade, desempregadas, ou com salários médios mais baixos do que o servidor público, de que é importante esse investimento, esse gasto no serviço público.

■ **Quando se vê os velhinhos de 90 anos sendo obrigados a se recadastrar, quando se vê o serviço precário prestado pelo INSS por não ter uma estrutura melhor, esse convencimento não fica mais fácil?**

É, mas qual é a visão de um usuário sobre o eventual serviço de qualidade pouco adequado – não estou dizendo que isso ocorra – que ele tem lá na ponta do INSS, por exemplo? É que o servidor não lhe trata bem.

■ **Acredita que seja só isso?**

É isso e também a visão de um governo que eventualmente não faz investimento para que o servidor trate bem a população. O caso do recadastamento é uma pena, porque a forma como a coisa acabou aparecendo pode correr o risco de comprometer a idéia, mas duvido que exista alguém na sociedade que discorde do cadastamento, já que existem estatísticas evidentes de que há mais gente recebendo benefício do que o próprio censo populacional. Isso é uma questão de ética e deve ser feito do ponto de vista da moralização do serviço público, respeitando as características dessa população idosa, com dificuldades de se locomover.

■ **O sr. acha que o serviço público tem de mostrar eficiência para depois reivindicar melhores salários?**

As coisas caminham um pouco juntas, não que se precise colocar, necessariamente, uma na frente da outra. Agora, que há um compromisso, há. É evidente que um investimento no serviço público

através de remunerações e salários melhores tem de vir acompanhado de uma melhoria da qualidade no serviço público. Porque nós sabemos – e estou falando como cidadão, não como secretário de Recursos Humanos – que a qualidade do serviço público no Brasil deixa a desejar, em todos os níveis: federal, estadual e municipal.

■ **Principalmente pela falta de capacitação e de condições de trabalho, que são dois problemas sérios.**

Às vezes, até de estrutura, sedes, equipamentos, etc. Mas isso não pode ser justificativa para que não façamos um movimento forte em direção à melhoria da eficiência. O processo de negociação, voltando à questão da Mesa, é um elemento importante porque nosso sistema está pensado considerando, de um lado, o governo; de outro, as entidades representativas do servidor. Mas existe uma terceira perna, que é a sociedade. Nós queremos as representações das organizações da sociedade, seja na forma de conselho consultivo, seja na forma de entidades que colaboram com a mesa, porque precisamos dessa terceira perna...

■ **Quando a Mesa de Negociação foi criada, o ministro Guido Mantega disse que o servidor não teria mais perdas salariais no novo governo a partir do momento em que fosse aprovado o primeiro Orçamento. E, pelo que está se vendo, o compromisso político assumido pelo ministro não vai**

ser cumprido.

Os governos não têm o tempo todo ações coerentes. A correlação de forças políticas, a relação com a oposição, expressa no Congresso, o contexto do momento, às vezes, impõem ao governo ações contraditórias. Quando o ministro assumiu, tinha uma visão um pouco mais otimista das possibilidades orçamentárias dos quatro anos que se seguiriam. Nós ainda estamos com uma forte vulnerabilidade externa que condiciona muito a política macroeconômica interna. Então, o governo, no que me diz respeito, a nossa área de recursos humanos do Ministério do Planejamento vai ter de ir construindo isso (*a recuperação das perdas dos servidores*). No meu entender, só há uma resposta, que, claro, pode ser cobrada mais adiante: em que medida nós vamos conseguir essa recuperação ao longo de 2005 e 2006 e quiçá na possibilidade de um segundo mandato. Acho que essa discussão vai se manifestar na possibilidade orçamentária que vai se estabelecer daqui para a frente.

■ **E quais as demandas acumuladas em relação à reestruturação de carreiras?**

São enormes. Essa talvez seja a equação mais difícil.

■ **Houve um pedido do Ministério do Planejamento, no ano passado, para que se quantificassem as demandas de várias carreiras. Algumas, aliás, já estão aguardando solução para este ano, não é?**

Posso citar algumas: a Advocacia

Geral da União, os auditores (da Receita, da Previdência), a PF, os técnicos, os fiscais agropecuários. A verdade é que em governos com características como as do governo Lula, a panela de pressão vem com mais força, porque a tampa estava sendo segurada rigidamente. Então, é difícil equacionar todas essas demandas num primeiro momento. É desejo do presidente dar uma visão mais de conjunto. Como diz o filósofo Sêneca, “não há vento bom para nau sem rumo”. A idéia é ter um rumo norte, porque aí dá para dizer “sim” a uma categoria e “não” à outra.

■ **O governo Fernando Henrique conseguiu acabar com a estabilidade do servidor público e, além disso, tinha um projeto que vinculava os critérios de demissão à questão do desempenho. Já existe alguma definição do governo Lula em relação à política que vai ser adotada para avaliação de desempenho?**

Este governo não vê esta questão com os mesmos olhos do governo anterior, que fazia uma espécie de transposição da lógica do setor privado, do funcionamento de uma empresa privada, para o serviço público. Agora, alguns critérios de desempenho certamente vão prevalecer, mas não vai ser nem de longe parecido como o governo anterior tratava.

■ **Existe uma política coordenada entre o que a Secretaria de Gestão vinha fazendo, em termos de formular uma proposta macro para**

a atuação do servidor público, e o trabalho da Secretaria de Recursos Humanos?

Uma coisa não pode estar separada da outra. O que a gente está aprendendo neste início de segundo ano de governo é que é preciso juntar a Gestão, que estava um pouco mais separada, e a gestão de Recursos Humanos. A discussão da MP 163, que colocou o debate de como fazer a gestão estratégica do governo, de eventualmente puxar a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento para a Casa Civil, nos fez

“Só há uma resposta que pode ser cobrada mais adiante: em que medida vamos conseguir a recuperação salarial ao longo de 2005 e 2006.”

discutir internamente como integrar e melhorar o papel de cada uma dessas secretarias.

■ **Em relação a isso, quando o secretário Humberto Martins pediu demissão, circulou na imprensa a informação de que o projeto de modernização do setor público formulado pela Secretaria de Gestão tinha o apoio da Casa Civil, mas fortes resistências no Ministério do Planejamento. Isso teria sido o motivo da saída dele, o que deu a entender que haveria uma cisão entre a Casa Civil e o**

Planejamento neste assunto.

Não acho. Você sabe que nem tudo que circula pela imprensa é necessariamente verdade...

■ **Mas o próprio Humberto Martins enviou uma carta para o jornal O Globo, justificando a demissão, em que elogiou a Casa Civil e classificou de “limitada, reducionista e pouco eficaz a área de Gestão no Ministério do Planejamento”. Isso foi até motivo de discussão entre os sindicalistas, porque o governo estava demonstrando uma falta de unidade.**

O Humberto e outros defenderam a idéia de que a Gestão Estratégica avançaria mais rápido se a Secretaria de Gestão estivesse próxima da Casa Civil, que é reconhecidamente um ministério-chave na articulação de governo, com um ministro muito forte politicamente. Mas houve, então, uma série de discussões, e o que se viu é que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é voltado para essa discussão da gestão. Ficou claro, também, que é necessária uma cooperação muito mais estreita entre o Ministério do Planejamento e a Casa Civil. A Casa Civil se responsabilizando talvez pelos programas mais estratégicos, cuja escolha depende até do presidente da República, e que não são, necessariamente, os que estão no PPA. E o Planejamento coordenando o PPA e fazendo a gestão mais genérica, mais horizontal, do conjunto dos programas previstos no PPA.



A falta de coerência nas políticas de gestão pública

Erros históricos geram descontinuidade administrativa no Banco Central

A estrutura organizacional do Banco Central é vítima histórica da falta de coerência nas políticas de gestão pública. A implantação do Regime Jurídico Único dos Servidores – RJU – é o maior exemplo disso.

Até a Constituição de 1988, o pessoal da administração pública era composto por estatutários e celetistas, sendo estes últimos, aliás, grande parte deles. A Constituição Federal determinou, no seu art. 39, que União, Estados e Municípios deveriam instituir um único regime jurídico para servidores da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações Públicas, e isso foi regulamentado pela Lei 8.112, de 11/12/90.

Os servidores do BC foram enquadrados no art. 251 da referida lei, que possuía a seguinte redação: *“Enquanto não for editada a Lei Complementar de que trata o art. 192 da Constituição Federal, os servidores do Banco Central do Brasil continuarão regidos pela legislação em vigor à data da publicação desta lei.”*

O art. 251 tinha certa lógica ao não se pronunciar sobre a situação dos servidores do BC, pois o art. 192 da Constituição afirma, em seu inciso IV, que uma lei complementar disporá sobre sua organização, funcionamento e atribuições. A Lei do RJU entendeu que o termo organização contemplava o regime empregatício e, por isso, só a Lei Complementar do sistema financeiro poderia regular a matéria. Enquanto isso não se desse, os funcionários do BC permaneceriam como celetistas – o que, na prática, significou a exclusão desses servidores do RJU.

Contra esse dispositivo, foi ajuizada em 28/2/91, pelo então procurador-geral da República, Aristides Junqueira, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 449/DF, julgada procedente



em 29/8/96, com efeitos retroativos a 1/1/91, em face do entendimento do STF de que, sendo o BC uma Autarquia Federal, seu quadro de pessoal sempre foi composto por servidores públicos, devendo, portanto, serem estes incluídos no RJU, como aconteceu com todos os demais.

O cumprimento dessa decisão foi um “divisor de águas” no BC. Os servidores então aposentados continuaram celetistas, e os que se aposentaram a partir de 1/1/91 tiveram suas aposentadorias “canceladas” e duas “opções”: voltar a trabalhar para conseguir aposentadoria integral (que era de 30 anos, e como estatutários passou a 35) ou continuar aposentados, obedecida proporcionalidade relativa ao tempo necessário para completar 35 anos de serviço.

Outro duro golpe para os servidores da ativa e aposentados pós-1991 foi a perda do direito ao seu Fundo de Complementação de Aposentadoria; alegou-se que, como estatutários, fariam jus à aposentadoria integralmente paga pelo Tesouro e não teriam necessidade de complementação.

O resultado logo se fez sentir com o “congelamento” dos salários durante longos anos e a política salarial adotada pelo governo de dar ênfase a gratificações e outros “penduricalhos” não incorporáveis aos proventos de aposentadoria.

Por outro lado, a insegurança gerada pelas sucessivas reformas da Previdência provocou uma corrida à aposentadoria dos servidores que já possuíam tempo para isso, mesmo que proporcional.

Em apenas um ano, o BC perdeu um terço dos servidores, sobretudo os mais qualificados. Para sobreviver, a instituição viu-se obrigada a enorme esforço de reorganização operacional, priorizando atividades consideradas essenciais, em detrimento de outras, de interesse da coletividade.

POLÍTICAS DIFERENCIADAS

O exemplo de descontinuidade administrativa não foi único, e a discussão colocada pela Lei do RJU traz à tona uma série de questões ainda por resolver quanto à gestão pública. A primeira: é sensato ter toda a política de recursos humanos centralizada no Ministério do Planejamento? A eficiência do serviço público não exigiria políticas diferenciadas para demandas diferenciadas de cada órgão?

Na última negociação do Sinal com o governo, em 2003, por exemplo, a diretoria do BC era francamente favorável ao Plano de Cargos e Salários, que elevava o salário de ingresso como forma de resolver a constante evasão de quadros. Não tinha, porém, poder de decidir a questão.

A Lei nº 4.595 de 31/12/64, que criou o BC como Autarquia Federal, com patrimônio e quadro de pessoal próprios, assegurava a incorporação de seus resultados ao patrimônio do Banco.

Esse regime mudou com o Decreto-lei nº 2.376, de 25/11/87, que estabeleceu a transferência ao Tesouro Nacional dos resultados obtidos pelo BC. A lógica por trás do decreto era de que a existência do Banco Central, entidade pública e de Estado, vincula-se ao financiamento do Tesouro e, assim, é peça-chave para a estabilidade do

sistema financeiro.

O problema é que esse mesmo decreto, conjugado à Lei do RJU, engessou a política de pessoal do BC. Hoje, as despesas com o seu pessoal são uma rubrica do orçamento no Ministério da Fazenda, sofrendo, portanto, as limitações impostas pelas Leis de Responsabilidade Fiscal e de Diretrizes Orçamentárias, ambas reguladoras do Orçamento-Geral da União.

De outra parte, o orçamento operacional do BC não entra na conta do Orçamento-Geral. Em 2003, o saldo das operações realizadas pelo BC apresentou um lucro de R\$ 31,31 bilhões (**). Sabe-se que a despesa do BC com o seu pessoal representa um percentual ínfimo dos seus custos e, em contrapartida, a excelência dos seus serviços é, sem dúvida, fruto do alto nível de preparo e dedicação dos seus servidores. Por esta razão, o Sinal defende que as despesas de pessoal sejam incluídas no orçamento operacional do Banco.

O mesmo raciocínio vale para os programas de treinamento, atrelados aos poucos recursos repassados para o Banco e altamente prejudicados pelo contingenciamento do Orçamento da União desde o governo FHC. Isso afeta sensivelmente os projetos em desenvolvimento e áreas fundamentais, tais como a de prospecção de informações sobre comportamento inflacionário, fiscalização e combate a ilícitos cambiais e a crimes financeiros, entre outras.

Em síntese, o Sinal defende a descentralização da política de Recursos Humanos e a autonomia administrativa e orçamentária do Banco Central. As duas medidas dependem de mudanças constitucionais, que incluem a regulamentação do art. 192. Questões polêmicas que envolvem interesses políticos poderosos, mas de extrema importância na oxigenação da estrutura autoritária e centralizadora do Estado brasileiro.

(*) Presidente do Sinal

(**) Fonte: site Investnews, 19/3/04



Sem mudança de rota em 2004, crescimento está comprometido



Oito meses depois de anunciado, o espetáculo do crescimento ainda não passa de promessa. Embaçada pelo desempenho da economia, serviu mais para jogar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a parede – fora e até dentro da base governista – do que para produzir indicadores que desfaçam a fila de desempregados e a recuperação da renda dos brasileiros. Os pacotes emergenciais de obras e investimentos anunciados não foram capazes até agora de desviar o foco principal do debate: qual é a saída para um desenvolvimento sustentado?

O que está em discussão não é apenas a necessidade de o país reverter indicadores como o crescimento negativo do PIB de 0,2% do ano passado. Seria preciso uma mudança de rota na política econômica para a retomada do crescimento. Que o desenvolvimento não seja como um vôo de galinha, como o jargão da moda cunhado pelos economistas define as bolhas de crescimento, mas sustentado. A receita mistura redução dos juros, estabilidade na política macroeconômica, amenização das exigências dos organismos internacionais sobre o superávit primário, flexibilização do regime de metas inflacionárias e investimentos.

A urgência de se adotarem políticas monetária e fiscal que compatibilizem estabilidade com crescimento e inclusão social é o dilema do governo e a agenda de economistas, sociólogos, cientistas políticos e representantes da sociedade civil organizada. “As políticas macroeconômica e fiscal do governo Lula tendem a resultar em estagnação econômica”, diz o diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), João Sabóia. “O baixo dinamismo da economia brasileira reflete a hegemonia de uma política

econômica essencialmente hostil ao desenvolvimento”, afirma o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. “O governo Lula nada fez até agora para alterar esse quadro. Pior: aprofundou o compromisso com o modelo herdado de seu antecessor.”

Os que enxergam a sociedade à frente da economia não poupam manifestações de frustração. “O governo quer fazer omelete sem quebrar os ovos ao tentar garantir a estabilidade externa e realizar o que a sociedade espera: o crescimento”, endossa Jorge Eduardo Saavedra Durão, diretor-geral da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong). “O primeiro ano de governo Lula foi tucano. O presidente talvez não tivesse alternativa na condução da política econômica, mas daqui para frente dificilmente vai conseguir continuar reproduzindo o que fez Fernando Henrique Cardoso sem reações”, avalia o historiador José Murilo de Carvalho.

O governo tem procurado manter as esperanças. “Não há nenhuma hipótese de a economia brasileira não crescer este ano. Possivelmente não crescerá o tanto que gostaríamos que crescesse, mas vai crescer de forma sustentável”, afirmou Lula, depois da divulgação da última projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que reduziu de 3,6%, em dezembro, para 3,4% a estimativa de crescimento econômico em 2004. Não há nada, além das manifestações presidenciais e das projeções que

variam a todo momento, que garanta a expectativa. “A própria variação das projeções é um sinal da insustentável certeza do crescimento”, diz João Sabóia. “A meta de 3,5% também não chega a ser nenhum espetáculo.”

O “MILAGRE” BRASILEIRO

Comparada às duas últimas décadas perdidas, até que é. Mas se espelhada com o que aconteceu no País entre a 2ª Guerra Mundial e 1980, não passaria de um desempenho mediano. Da década de 50 ao fim do regime militar, a economia brasileira exibiu dinamismo de país emergente de primeira classe. O Produto Interno Bruto (PIB) crescia em média 7% ao ano.

Não era milagre. Custou o preço da concentração de renda, do descontrole das contas públicas, do desequilíbrio das contas externas e da inflação anual de três dígitos. Deu no que deu. Quase meia dúzia de planos, que ora alimentavam a bolha de crescimento às custas de uma hiperinflação, ora represavam a inflação às custas da estagnação.

O modelo econômico lançado no governo Collor e mantido por Fernando Henrique Cardoso encarregou-se de travar de vez o desenvolvimento. “Os economistas e financistas do Ministério da Fazenda e do Banco Central podem ter as suas diferenças táticas ou de ênfase, mas estão unidos no essencial: a convicção de que o que vinha sendo feito estava fundamentalmente correto”, diz Paulo Nogueira Batista Júnior, da FGV. “Nada mudou. O endividamento e a vulnerabilidade externos continuam



“O governo quer fazer omelete sem quebrar os ovos ao tentar garantir a estabilidade externa e realizar o que a sociedade espera: o crescimento.”

JORGE SAAVEDRA DURÃO
Diretor-geral da Abong

extremos”, afirma Jorge Durão.

O CUSTO DO ENDIVIDAMENTO

Preso a uma dívida interna e externa que só de juros consumiu no ano passado 9,5% do PIB, o equivalente a R\$ 145 bilhões, o governo Lula se encontra numa encruzilhada. Se pudesse pagar apenas a metade do que hoje desembolsa, restariam 4% do PIB para investimentos. Por baixo, R\$ 70 bilhões. É mais de 11 vezes o que será economizado com o corte de R\$ 6 bilhões do Orçamento de 2004. Para quem gosta de números: quase seis vezes mais do que os R\$ 11,7 bilhões previstos para investimentos este ano, puxados pelos R\$ 2 bilhões reservados à nova política industrial, R\$ 1,6 bilhão para o crédito

habitacional e R\$ 3 bilhões para obras de infra-estrutura.

A coreografia da reação governista, ao desembrulhar os pacotes de investimentos, tem sido menos aplaudida que as gestões do presidente para que o Fundo Monetário Internacional flexibilize a cartilha de política econômica aplicada aos países da América Latina. Deixar tudo como estava não é saudável para um governo eleito com base na promessa de mudanças e críticas aos preceitos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Economistas e sociólogos são unânimes no diagnóstico: o essencial permanece intocável.

NOVAS METAS DE INFLAÇÃO

Uma das mudanças necessárias seria a flexibilização do regime de metas da inflação. O sistema é adotado por economias desenvolvidas, como a pioneira Nova Zelândia, emergentes, como o México, e dos recém-convertidos países do Leste Europeu, como a República Tcheca. No Brasil, o regime de metas da inflação é aplicado, desde 1999, com um intervalo de tolerância de dois ou 2,5 pontos percentuais acima ou abaixo do objetivo central.

No fundo, representa uma vitória dos monetaristas sobre os estruturalistas. Os monetaristas sempre defenderam o controle da inflação através da contenção da demanda. Inflação, para eles, é fenômeno monetário, provocado pelo excesso de dinheiro em circulação. Os estruturalistas pregavam a expansão de oferta como forma mais eficaz no combate às altas persistentes



“A simples queda de um a dois pontos na taxa de juros pode gerar os R\$ 7 milhões adicionais de que precisa o Bolsa Família. Com isso, garantimos uma renda mínima média, por mês, de R\$ 100. É pedir muito? O sonho é bem maior.”

CÂNDIDO GRZYBOWSKI
Diretor do Ibase

de preços. Tudo o que restringe a produção e pressiona os custos estaria na base da inflação.

A falta de fôlego da economia tem provocado baixas entre os defensores do regime de metas inflacionárias ortodoxo. A maioria converge para a flexibilização. “O problema principal do esquema em funcionamento é a rigidez”, defende Paulo Nogueira Batista Júnior. “Se se pretende manter o regime sem impedir o crescimento do País, é preciso definir metas centrais menos ambiciosas e intervalos um pouco mais amplos de tolerância.”

Um patamar considerado razoável para 2004 seria algo em torno de 7% – com margem de mais ou menos três pontos percentuais e a busca de uma diminuição gradual da inflação ao longo dos próximos anos. “Isso evitaria sobrecarregar a política de juros e diminuiria os seus efeitos adversos em termos de produção, emprego e sobrevalorização cambial. Por outro lado, reduziria o risco de abalos à credibilidade do regime resultantes de sucessivos descumprimentos de metas ambiciosas”, afirma o economista.

Outra medida seria fixar um horizonte maior para as metas, de dois ou três anos, definindo um prazo mais longo e mais condizente com as incertezas que cercam a política monetária de qualquer país. Reformar o Conselho Monetário Nacional (CMN) para tornar a definição das metas mais independente das inclinações do Banco Central, é outra proposta apregoada por Nogueira Batista Júnior. “Uma possibilidade seria reservar assento no conselho a outros ministros mais ligados ao setor real da economia, como os de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Agricultura e Trabalho, por exemplo, além de representantes da sociedade civil.”

A receita recomenda ainda compatibilizar o ajuste fiscal à estabilização da política macroeconômica sem esquecer de baixar os juros. “A taxa Selic, em qualquer patamar acima dos dez pontos percentuais ao ano, é muito alta e inibe os empresários brasileiros a investir na tão esperada retomada do desenvolvimento eco-

nômico”, diz João Sabóia. “Cada um ponto percentual a menos nos juros daria para criar 600 mil empregos de um salário mínimo por mês.”

Por essa conta, menos três pontinhos percentuais na taxa básica de juros e o governo esvaziaria a romaria de 2 milhões de desempregados na região metropolitana de São Paulo. De quebra, espantaria a ameaça que ronda a candidatura da prefeita Marta Suplicy à reeleição. “É preciso que a equipe econômica, diante dos índices catastróficos de desemprego, estabeleça metas de emprego nos mesmos moldes das metas de inflação ou de superávit primário”, propõe Marcio Pochmann, secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, onde uma derrota da prefeita petista representaria um claro sinal de descontentamento popular com o governo federal.

Em campanha pela Prefeitura do Rio, o vice-presidente nacional do PT, Jorge Bittar, tem batido na mesma tecla, acrescida do discurso que tenta separar o joio do joio. “É hora de o país crescer e gerar empregos”, diz. “O PT não pode se confundir com o governo.” Já que não pode, tratou de se incorporar aos grupos de pressão. O partido atacou numa nota a política econômica do governo e pediu crescimento, já antes mesmo que PSDB e PFL se dessem conta de que esse papel era deles.

BLOCO NA RUA

“O governo Lula esqueceu de pro-

por um pacto da sociedade, logo ele que é fruto de um pacto. A economia ainda está com o pé no freio”, diz Cândido Grzybowski, do Ibase. “A sociedade civil organizada já tem dificuldade em explicar o governo petista”, sinaliza Jorge Durão, da Abong. “Está na hora de botar o bloco da sociedade organizada na rua”, reforça Grzybowski.

Os dois concordam que, entre os desafios com que se defronta o governo Lula, o mais premente é o das políticas sociais. “Estamos diante de urgências que não podem esperar”, afirma Durão. “Precisamos, por exemplo, exercer pressão para que o Bolsa Família chegue logo aos 11 milhões de famílias que dele necessitam”, reforça Grzybowski. “Faltam recursos? Depende da conta a ser feita. A simples queda de um a dois pontos na taxa de juros pode gerar R\$ 7 milhões a R\$ 8 bilhões adicionais de que precisa o programa. Com isso, garantimos uma renda mínima média, por mês, de R\$ 100. É pedir muito? O sonho é bem maior.”

A estagnação econômica do País é a verdadeira crise do governo. Por causa dela, já nem se disfarça mais a divisão interna do grupo palaciano. O presidente Lula dissolveu o chamado núcleo duro do governo, mas tem resistido à ala desenvolvimentista do Planalto. Cada vez mais pressionado, tem procurado sustentar o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na condução dos destinos econômicos do País. Não há analista político de Brasília que aposte em

mudança antes de três meses.

Pode ser tempo demais. O ministro da Casa Civil, José Dirceu, alvo dos ataques da oposição, estaria disposto a desembarcar do navio governista se a economia não desse sinais de revitalização. Não é o único impaciente. “O crédito das urnas que elegeram o presidente parece ter chegado ao fim”, diz o historiador José Murilo de Carvalho. O próprio Lula parece já ter percebido isso. O problema é que desatar o nó da economia é mais fácil na teoria do que na prática.



A sanção da lei que instituiu o programa de Renda Básica de Cidadania pelo presidente Lula, no dia 8 de janeiro, mostrou ao País aquela que teria sido a grande vitória da vida de Eduardo Suplicy (PT-SP). A comemoração foi efusiva, o senador recebeu o afago de meio mundo, mas, terminada a festa, uma questão permaneceu em aberto: é possível implementar uma lei que pretende assegurar a todos os brasileiros, sem distinção, o direito de receber do governo uma renda



O direito de cada brasileiro participar da riqueza da Nação

A indefinição se deve, em primeiro lugar, à própria lei, que não estabelece parâmetros objetivos para a execução do programa – condicionando-o, dessa forma, à boa vontade do Executivo. A questão de fundo, porém, é conceitual. Diferentemente dos programas sociais do governo, o senador Suplicy quer que a Renda Básica seja, em termos

formais, uma espécie de dividendo a que todo brasileiro teria direito porque, segundo ele, todos somos sócios dessa gigantesca empresa chamada Brasil. Uma iniciativa de inclusão social atrelada à riqueza e ao progresso da Nação.

Exagero? Não é o pensamento de Suplicy, que recebeu a **Por Sinal** em seu gabinete, em Brasília, nos dias 28

de janeiro e 4 de fevereiro. Entre o primeiro e o segundo encontros, o senador dedicou-se a reverter a posição do novo ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, que havia dito à jornalista Miriam Leitão ter como prioridade o programa Bolsa Família, e não a Renda Básica de Cidadania.

A declaração do ministro veio em resposta ao questionamento de Miriam Leitão, no *Bom Dia Brasil*, sobre a própria existência da Renda Básica. A pergunta, que ela e boa parte da imprensa têm feito, é: faz sentido um programa que assegure uma renda regular a todos os cidadãos, inclusive aos mais ricos, que não precisam disso?

“Eu mesmo me perguntei isso, no início, quando me deparei com o conceito de renda básica”, reconhece Suplicy. “Minha reação foi considerar que se deveria primeiro conferir esse direito aos que pouco ou nada têm, como no formato do projeto de lei que apresentei no Senado, em 1991, com o objetivo de instituir o Programa de Garantia de Renda Mínima no Brasil.” Esse projeto previa que toda pessoa com renda inferior ao que seria hoje R\$ 500 teria o direito de receber um complemento equivalente a 50% da diferença entre R\$ 500 e a sua própria renda. Uma pessoa que não tivesse rendimentos, por exemplo, receberia mensalmente uma renda mínima de R\$ 250.

Preocupado com a viabilidade da iniciativa, Suplicy acolheu, na época, as sugestões do relator do projeto, o então senador Maurício Corrêa (hoje

“Do ponto de vista do mais pobre, fará enorme diferença ele saber que todos têm o direito de receber uma importância em dinheiro. Esse direito representa a contribuição que cada geração deu à riqueza acumulada de nosso País.”

presidente do STF), que deram origem a um substitutivo apresentado pelo próprio Suplicy. O novo texto reduzia a alíquota de 50% para 30% e previa a implementação gradual do programa no período de 1995 a 2002. No primeiro ano, a Renda Mínima atenderia as pessoas de 60 anos ou mais e, a cada ano seguinte, ampliaria em 5 anos a faixa etária de abrangência até que, em 2002, o programa chegaria no seu limite, incorporando também os adultos de 25 anos ou mais.

Apesar da obstinação de Suplicy, esse projeto nunca saiu do papel. O Senado o aprovou por unanimidade, em dezembro de 1991 – inclusive com o apoio de FHC, então líder do PSDB –, mas na Câmara a matéria jamais foi submetida ao plenário. Enquanto aguardava a aprovação da Renda Mínima na Câmara, o senador viu, com bons olhos, o surgimento de algumas propostas nitidamente inspiradas no seu projeto. Cristovam Buarque,

ao assumir em 1995 o governo do Distrito Federal, instituiu um programa de renda mínima, o Bolsa Escola, para as famílias mais pobres que tivessem crianças freqüentando a escola.

Depois de Cristovam, vários prefeitos, em sua maioria petistas, adotaram o Bolsa Escola em seus municípios. O Congresso, sensível à idéia, aprovou, em 10 de dezembro de 1997, a Lei 9.533, que autorizava o governo federal a apoiar os municípios que adotassem o programa, financiando 50% dos gastos. O benefício pago a cada família era realmente uma esmola: R\$ 15 multiplicado pelo número de crianças até 14 anos *menos* metade da renda familiar *per capita*. Em 2001, FHC criou nova lei para regular o Bolsa Escola; o benefício previsto, porém, continuava modesto.

FHC instituiu ainda o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Lula, por sua vez, criou no início do governo o Cartão Alimentação e, em outubro de 2003, lançou o Bolsa Família, com o objetivo de unificar todos os programas de transferência de renda existentes.

NOVO CONCEITO: BENEFÍCIO PARA TODOS

O problema dessas iniciativas, segundo Suplicy, são os pré-requisitos que o governo faz para a concessão do benefício. O Bolsa Família, por exemplo, exige que as famílias atestem que suas crianças entre 0 e 6 anos foram vacinadas e que têm seu peso e grau de nutrição acompanhados com periodicidade nos postos de saúde; no caso de terem crianças entre 7 e 15 anos, os

pais deverão provar que seus filhos estão freqüentando a escola. Os adultos, por sua vez, também não escapam do rol de exigências: eles deverão estar se alfabetizando ou fazendo algum curso de capacitação.

Essas condicionalidades geram dois complicadores. O primeiro, de acordo com Suplicy, é a burocracia envolvida para verificar a renda das famílias. O segundo é o sentimento de vergonha dos pais por terem de comprovar que suas rendas são muito pequenas.

Por conta disso, Suplicy concluiu, em 2001, que era hora de apresentar um novo projeto para instituir uma Renda Básica de Cidadania a partir de 2005. Ele tinha dois objetivos em mente: o primeiro, eliminar todo o procedimento burocrático para a concessão do benefício; o segundo (e mais importante), garantir a cobertura incondicional do programa a todos os cidadãos, inclusive os estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil.

“Do ponto de vista da pessoa mais pobre, fará enorme diferença ela saber que todos têm o direito de receber uma importância em dinheiro”, afirma o senador. Trata-se, segundo ele, do direito alienável de participar da riqueza da Nação porque todos somos sócios do Brasil. “Este direito representa a contribuição que cada geração deu à riqueza acumulada de nosso País, e que será, por este método, distribuída a todos”, explica.

**FONTE DE
INSPIRAÇÃO**

A idéia não é nova. Thomas Paine, um dos maiores ideólogos das revoluções americana e francesa, defendeu, em 1795, o pagamento de uma renda básica – um dividendo, na verdade – a toda pessoa maior de 21 anos. Como dinheiro não dá em árvore, Paine sugeriu que cada pessoa deveria destinar uma parcela de seu rendimento para um fundo nacional, que financiaria o programa de renda básica.

Utopia? Suplicy cita, com entusiasmo, o exemplo do Alasca, nos EUA, onde a proposta de Paine é aplicada desde os anos 60. Na época, o prefeito Jay Hammond, de Bristol Bay, constatou que, a despeito da grande riqueza obtida com a pesca, a maioria dos moradores continuava pobre. Propôs, então, a criação de um imposto de 3% sobre o valor da pesca, que seria destinado a um fundo que pertenceria a todos. Ele levou cinco anos para persuadir a população a aceitar a idéia. O sucesso foi tamanho que, dez anos depois, Hammond tornou-se governador do Estado do Alasca.

Mas Hammond não parou por aí. Em 1976, relata Suplicy, o então governador sugeriu que 50% dos royalties do petróleo e de outros recursos naturais fossem separados para a constituição de um fundo que pertenceria a todos os residentes do Alasca. A proposta, referendada por um plebiscito, deu origem ao Fundo Permanente do Alasca, cujo patrimônio líquido aumentou de US\$ 1 bilhão em 1980 para US\$ 25 bilhões em 2003. O mais impressionante é o

impacto do crescimento desse fundo na vida das pessoas: cada residente no Alasca, há um ano ou mais, recebeu um dividendo anual que variou de US\$ 300, nos anos 80, até US\$ 1.963,86 em 2000. Numa família de quatro pessoas, o direito de usufruir a riqueza do Alasca rendeu quase US\$ 8.000, em um único ano! E tudo isso com absoluta transparência.

A iniciativa do governador do Alasca de separar parte dos royalties do petróleo para financiar o sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca também influenciou Suplicy. Em 1999, ele apresentou no Senado um projeto de lei que destina 50% da receita dos royalties para o Fundo Brasil de Cidadania, que passaria a ser a fonte de custeio do programa de Renda Básica. Esse fundo também teria como capital inicial 10% da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras.

Pouca gente sabe da existência desse projeto. O governo nunca se pronunciou a seu respeito. No Senado, o Fundo foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Assuntos Sociais. Tramita, no momento, na Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, onde recebeu, recentemente, parecer favorável do senador Tasso Jereissati. “O projeto poderá ser aprovado ao longo deste ano e daí vai para a apreciação da Câmara”, afirma o paciente senador.

A LUTA

CONTINUA

Enquanto isso não ocorre, a paciência de Suplicy será testada muitas vezes. A declaração do ministro Patrus Ananias relegando o programa de Renda Básica em prol do Bolsa Família quase o tira do sério. “Ele disse isso porque ainda não leu o meu livro e porque não teve o diálogo que eu terei com ele amanhã”, disse o senador à Por Sinal na véspera do encontro de Suplicy com o ministro, marcado para 29 de fevereiro.

Uma semana depois, Suplicy mostrava-se satisfeito com a conversa que manteve com Patrus Ananias. “Eu disse a ele que nós podemos ver o programa Bolsa Família como o começo da Renda Básica de Cidadania”, conta. De certa forma, isso é verdade. Logo após a posse de Lula, o senador declarou abertamente sua desaprovação ao Cartão Alimentação proposto pelo Fome Zero. Suplicy sempre defendeu o pagamento do benefício em dinheiro porque confere mais liberdade para os pais que precisam, por exemplo, comprar um remédio para seu filho. A decisão do governo, em outubro, de dar liberdade aos beneficiários de gastar os recursos, em dinheiro, como bem desejarem – e não apenas com alimentação –, foi, sem dúvida, uma vitória pessoal de Suplicy.

Contudo não está claro como o Bolsa Família, que hoje atende 3,6 milhões de famílias, será incorporado pelo programa de Renda Básica. Mesmo assim, Suplicy não desiste. Ele sabe que o programa de Renda Básica, por si só, já represen-

“Em 2003, todos nós, brasileiros, contribuimos para pagar R\$ 153 bilhões de juros aos detentores de títulos das dívidas interna e externa. Isso representou 10% do PIB.”

ta uma crítica à política econômica do governo. Quando alguém questiona os recursos exigidos pelo programa – se fosse pago o valor de R\$ 40 por mês a cada brasileiro, o governo gastaria R\$ 83 bilhões, ou 5% do PIB –, o senador retruca: “Em 2003, todos nós, brasileiros, contribuimos para pagar R\$ 153 bilhões de juros aos detentores de títulos das dívidas interna e externa. Isso representou 10% do PIB. Não estou dizendo que deveríamos deixar de pagar o serviço da dívida para pagar uma renda garantida a todos. Mas quando todos compreendem que, com aquele montante, seríamos capazes de assegurar um mínimo de dignidade a cada brasileiro, terão as autoridades brasileiras um argumento muito melhor para qualquer negociação com os nossos credores”, conclui.

Com risco zero e sem concorrência, bancos são os donos da festa

O Banco Mundial calcula que apenas um em cada três brasileiros tenha conta em banco. Na contramão da exclusão do sistema financeiro, os incluídos pagam de spread bancário – a diferença entre os juros na captação e os aplicados na concessão de empréstimo – uma das maiores taxas do mundo: 49,2% contra a média de dez pontos percentuais em países desenvolvidos. No ranking de 130 nações somos um dos campeões em spread, mas empacamos num modesto 53º lugar no volume de crédito, com 30,24% do Produto Interno Bruto (PIB), atrás de economias emergentes como a China, a Malásia e o Chile. Nesta modalidade perversa de contradição praticada pelo sistema financeiro, sob o olhar complacente do governo Lula, banco brasileiro é acima de tudo uma casa de corretagem voltada para captar dinheiro do usuário para os cofres do Tesouro e maximizar os lucros com

Enquanto o Comitê de Política Monetária (Copom) mantinha nas primeiras reuniões de 2004 a taxa de juros básica, a Selic (Sistema de Liquidação de Custódia), no patamar de 16,5% ao ano, a Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac) denunciava que os índices praticados pelos bancos além de não acompanharem na mesma proporção a redução de dez pontos percentuais da Selic registrada em 2003, subiram de 7,75%, em dezembro, para 7,92% em janeiro.

Não podia dar outra. No Brasil que vai mal, os bancos vão muito bem, obrigado. Enquanto o IBGE apontava um PIB negativo de 0,2% em 2003, os bancos apresentavam balanços com números estratosféricos. O Bradesco fechou o ano com lucro líquido de R\$ 2,3 bilhões; o grupo Santander-Banespa com R\$ 1,7 bilhão; o ABN Real com R\$ 1,1 bilhão. O desempenho mais significativo foi do Itaú: acima de R\$ 3 bilhões.

Não é preciso ser bom em matemática para perceber a discrepância: entre as quatro instituições bancárias, a que menos lucrou exhibe musculatura

turbinada em relação ao setor produtivo. O caso do Bradesco é emblemático: além de o lucro líquido ter crescido 14% em relação a 2002, o patrimônio líquido aumentou 25%, chegando a R\$ 13,5 bilhões. Nem assim, o Banco Central e o governo foram capazes de sinalizar que agiriam sobre a insustentável constatação de que a queda da Selic no ano passado não foi repassada ao tomador de crédito.

GANHO FÁCIL, RISCO ZERO

“O spread brasileiro é criminoso”, diz o deputado Rubens Otoni, do PT de Goiás, coordenador do núcleo de economia da bancada petista na Câmara Federal. “Não surpreende que os bancos queiram ganhar muito sem correr nenhum risco. Surpreendente é que até agora não se viu nenhum movimento do governo no sentido de enquadrar o sistema financeiro à cadeia produtiva”, ataca o administrador de empresas Marcelo Escobar, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco).

A composição do spread em agosto de 2003, de acordo com dados do Banco Central, é reveladora da ganância do sistema financeiro. Além da carga tributária associada a toda operação de crédito, do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) à CPMF, uma série de tributos indiretos incide sobre as taxas cobradas pelos bancos. Mas pelo menos 37,45% do spread sobravam limpinho para o banqueiro. “A reciprocidade exigida na concessão



“Os dados que temos sobre a formação do spread bancário são precários. É preciso maior transparência nas informações para que se tenha um julgamento mais rigoroso”.

SERGIO BELSITO

de crédito, como a compra de seguros e de CDBs, não é contabilizada no spread, mas aumenta o lucro dos bancos e encarece o custo do dinheiro”, destaca o economista Rogério Sobreira, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape-FGV).

“O banco nem sempre é vilão, embora às vezes seja”, pondera o consultor do Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central, em São Paulo, Eduardo Luís Lundberg. “O juro do cheque especial, por exemplo, é caso de vilania pura. Já o spread alto muitas vezes decorre de contingências.” Uma delas, sustentada até a morte pelos agentes do sistema financeiro,

é que o crédito no Brasil ainda é uma operação de risco.

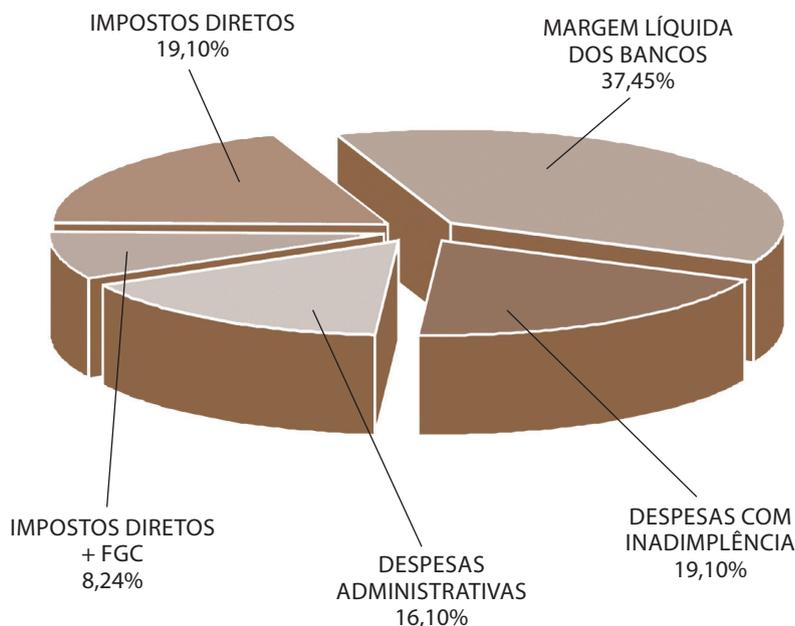
O relatório parcial da Subcomissão Especial da Comissão de Finanças da Câmara, formada para debater a questão, elaborado pelo deputado Gonzaga Mota, do PSDB do Ceará, não bate com o que os bancos apregoam como verdade. As despesas de inadimplência, que em julho de 1999 pesavam 35% na composição do spread, em agosto de 2003 haviam caído para 19%.

A redução do risco apontada pelo relatório da Subcomissão da Câmara não chega a alterar o ranking das operações mais sensíveis de crédito. A habitação ainda é a que mais se ressentiu da desconfiança. Em dezembro de 2003, segundo dados do BC, foram concedidos R\$ 23,1 bilhões em créditos habitacionais. Já em financiamentos para a compra de automóveis foram destinados créditos de R\$ 30,1 bilhões.

“Pela lei, o banco não pode tomar o apartamento em que a pessoa mora, mesmo que ela tenha adquirido o imóvel com financiamento bancário e se tornado inadimplente. No caso do carro, pode”, exemplifica Lundberg. “É preciso reduzir as taxas de juros no mercado de crédito, instrumento fundamental para o crescimento sustentado do País, mas isso depende menos da Selic do que de uma política macroeconômica estável, medidas de regulação desonerativas, transparência de informações entre o sistema interbancário e um novo ambiente jurídico.”

Parte dessas recomendações parece ter embalado o pacote que

COMPOSIÇÃO DO SPREAD



FONTE: Banco Central, agosto de 2003

prevê a liberação de R\$ 1,6 bilhão para o crédito. Anunciado na terça-feira, 2 de março, o contra-ataque ao encolhimento da economia no primeiro ano de governo Lula promete se concentrar na área habitacional. A construção civil, depois de acumular queda de 11,7% nos últimos três anos, deu o troco e ajudou a empurrar o PIB ladeira abaixo. Agora, tenta-se recuperar o tempo perdido com o aumento de garantias para mutuários na compra de imóveis e maior segurança para os financiamentos habitacionais.

"Nada disso terá efeito se os bancos não diminuírem a ganância", afirma Marcelo Escobar, da Unafisco. Embora a entidade não tenha posição definida sobre o spread, Escobar não se esquiva a apimentar o debate sobre o custo

do dinheiro para o tomador de crédito na boca do caixa. "A estrutura bancária brasileira se acostumou ao ganho fácil. Primeiro, com a hiperinflação, na década de 80. A partir dos anos 90, com os juros elevados e as taxas de serviço. Banco brasileiro sempre acha um jeito de não correr risco." O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sérgio Belsito, concorda com a avaliação sobre o comportamento dos bancos e faz uma ressalva: "Os dados que temos sobre a formação do spread bancário são precários. É preciso maior transparência nas informações para que se tenha um julgamento mais rigoroso."

CONCENTRAÇÃO CADA VEZ MAIOR

"A concentração do setor bancário

precisa ter algum controle que evite distorções", diz João Sabóia, diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É o que pretende o projeto do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ao propor a transferência sobre a avaliação das fusões e incorporações do sistema financeiro do Banco Central para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e as secretarias de Direito e Acompanhamento Econômico.

Defendida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso como a grande solução para promover a concorrência no sistema financeiro, as fusões e a entrada de bancos estrangeiros só fizeram acirrar a concentração de correntistas submetidos a taxas de serviço e de juros cada vez mais padronizadas nas alturas. O discurso do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, é quase um eco. "Nossa intenção é clara: sem malabarismos ou atitudes novidadeiras, queremos aumentar a competição e a transparência na operação do sistema financeiro e bancário", apregoa Meirelles na página do Banco na Internet.

Para discursos iguais, resultados iguais. De 1994 a 2001, ocorreram 181 fusões e cerca de 50 liquidações no País. Havia em 1993 em torno de 300 bancos comerciais no Brasil. Sobrou metade. O número de empregados das 50 maiores instituições financeiras caiu de 550 mil para 484 mil. Os dez maiores bancos do País

detêm três quartos dos ativos e quase 80% dos depósitos. A participação deles no mercado cresceu mais de 15% em dez anos. As perspectivas de que enfrentem concorrência são cada vez menores. A esperança de que os bancos estrangeiros, acostumados a um ambiente competitivo na Europa, derrubassem as taxas, não se confirmou. Contaminados pelo jeitinho brasileiro, eles se acomodaram ao ganho fácil.

“O Banco Central tem tratado a concorrência bancária de forma marginal”, diz o presidente do Cade, João Grandino Rodas. Até o Fundo Monetário Internacional (FMI) já sabia disso. Agnes Belaisch, economista da instituição, publicou no ano passado um estudo com um título nada sutil – *Do brazilian banks compete?* (Os bancos brasileiros competem?) – e uma resposta menos ainda. “A hipótese de que os bancos brasileiros não atuam de forma competitiva é confirmada pela investigação empírica que indica que atuam como oligopólios”, afirma um trecho do trabalho de Belaisch.

No fim da linha, a culpa recai sempre sobre a mesma ré: a dívida pública. “A renegociação feita através da Selic torna o governo o maior cliente dos bancos, deixando as pessoas físicas e jurídicas sem poder de concorrência”, afirma Rogério Sobreira. “O sistema que está aí é concentrador não só de renda, mas também de crédito”, diz Eduardo Luís Lundberg. “É preciso uma oferta maior de crédito com juros mais baixos para promover a inserção de mais gente no capitalismo.” No pacote



“A renegociação feita através da Selic torna o governo o maior cliente dos bancos, deixando as pessoas físicas e jurídicas sem poder de concorrência”.

ROGÉRIO SOBREIRA
Professor da Ebape-FGV

anti-recessão, o governo Lula promete um incremento de recursos para o crédito assegurado com mão de ferro: a redução da taxa de remuneração dos bancos sobre os valores não destinados ao financiamento habitacional. É pagar para ver – desde que o voto de confiança não venha com spread.

“O PT não se preparou para o governo. Não tinha um projeto de Brasil”



■ O PT mudou ao assumir o governo?

O PT era socializante, ainda que em termos, mas tinha a ética como identidade. No governo, porém, passou a praticar um fisiologismo desbragado. A resistência à instalação de uma CPI para apurar o tráfico de influência na Casa Civil, além de comprometedor, é um atestado de óbito moral do PT.

■ A divisão do partido sobre o assunto não é sinal de que ainda há ética?

Se o meu partido, o PDT, estivesse no governo e eu fosse o presidente da República, abriria a CPI. Qual o problema? Pode chegar no ministro? Demita-se o ministro. Se eu, o presidente, não tenho nada a ver com isso, o que

me importa a CPI? Mas o governo está tão fragilizado que recuou até da idéia de escapar pela tangente instalando uma CPI ampla, porque podia atingir os aliados.

■ Perder a base aliada não é bom para governo algum...

A base aliada é fisiológica. Enquanto o governo tiver a caneta e a verba terá uma base aliada forte.

■ Que desdobramentos pode ter o escândalo?

Uma coisa é certa: o PT já perdeu. Não estou dizendo eleitoralmente. O PT pode ficar 20 anos no governo, “mexicanizar” o Brasil, mas acabou. Por que eles fizeram isso? Em nome da ética da responsabilidade. Ética de res-



Dezesseis anos de vida pública não tiraram do amazonense Jefferson Péres o principal capital de um político: a ética. No Senado, ao qual chegou em 1995 depois de dois mandatos na Câmara de Vereadores de Manaus, Péres, de 72 anos, tem trilhado uma carreira parlamentar infensa a máculas. Foi o que quase sempre o manteve alinhado ao PT. Um ano de governo e um escândalo depois, o do assessor Waldomiro Diniz, bastaram para que mirasse sua metralhadora sempre incisiva para o perigo da mexicanização do Brasil. “O escândalo e a resistência do partido à instalação de uma CPI são atestados de óbito moral do PT.”

ponsabilidade é a negação da ética. Para mim, só existe uma ética: a ética de princípios.

■ Que conseqüências o caso pode ter?

Se o PT é igual aos outros, é péssimo para o País todo. O eleitor passa para o ceticismo, para a desesperança. Tanto faz votar num ou noutro. Só quem ganha é o corrupto. Tudo o que os corruptos querem é a comprovação de que não existe político honesto. Sinto-me atingido. O eleitor deve achar que eu sou igual a tantos outros que tiveram o mandato cassado por corrupção.

■ Casos assim podem ressuscitar aventureiros políticos?

Quando toda a classe política fica sob suspeita, é

ruim para a vida pública, mas é difícil prever se afetará o projeto hegemônico do PT. É preciso não perder de vista que o PT, além da máquina governamental, exerce o controle da sociedade organizada – o MST, a CUT, a UNE, a CNBB. O PSDB controlava o poder, mas não a sociedade civil. Pior do que um PT sem compromisso ético seria um partido à semelhança do PRI, que dominou o México por 70 anos.

■ Essa não é uma visão muito pessimista?

No México havia Judiciário, Legislativo e Executivo independentes, eleições periódicas, pluripartidarismo. Tinha o PRI, o PAN, o Partido Comunista. No fundo, porém, não passava de uma ditadura. Aliás, perfeita, como observou Octávio Paz.

políticos?

O grande mecanismo está descartado por ter sido recusado duas vezes: o parlamentarismo. Neste, se o Congresso for podre, errar, o presidente dissolve o Congresso e convoca eleições. Se o governo errar, o Parlamento demite o primeiro-ministro. Ainda resta a reforma política, com sistema de listas, cláusula de barreira, redução do número de partidos e o fortalecimento dos que efetivamente têm representatividade.

■ O financiamento público de campanha não seria importante para reduzir os casos de crimes eleitorais?

O financiamento público de campanha é essencial, mas só deve ser instituído com o sistema de lista partidária. Não faz sentido alguém pegar dinheiro público e sair privilegiando seus candidatos dentro do partido, uns recebendo mais do que outros. A questão é que a medida é impopular. Com a classe política em baixa, o raciocínio do eleitor é um só: "O quê? Dar dinheiro para financiar esses pilantras? Dinheiro meu, público, para esses pilantras ficarem aí roubando..."

■ Ajudaria a eliminar o Caixa 2?

Não. Uns sempre teriam mais que outros, mas pelo menos todos teriam o mínimo para se candidatar. Se me candidatasse a senador com R\$ 200 mil, enfrentando um adversário com R\$ 1 milhão, teria chances de ganhar a eleição. Agora, se eu não tiver R\$ 20 mil, já perdi.

■ O momento não recomendaria prudência ao governo ao lançar a agenda de reformas trabalhista e sindical?



"É preciso que a diretoria do BC, eleita com mandato, venha ao Senado, mostre um plano de metas e se apresente de três em três meses para explicar se elas foram ou não atingidas."

A reforma sindical só será para valer se começar com o fim das contribuições compulsórias. Só isso pode dar um basta ao peleguismo, não apenas o sindical, mas também o patronal. A reforma trabalhista, se for para mexer em direitos básicos do trabalhador, sou contra. Mas, se existem regras que dificultam a contratação de trabalhadores, é preciso reexaminar.

■ O governo Lula é só desacerto?

Na política econômica, não. O mercado reagiu muito mal à eleição do Lula. Se o presidente não tomasse as medidas austeras que adotou não tenho dúvida de que haveria um terremoto.

■ Mas não havia alternativa menos dura?

Queriam que o Banco Central reduzisse para 2% a taxa de juros para igualar com a americana? Só se lá estivesse um bando de incompetentes, de irresponsáveis. A política macroe-

conômica está no caminho certo. Talvez tenha chegado o momento de afrouxar. Quando Lula assumiu, a taxa Selic estava em 26,5%, hoje está em 16,25%. Se chegar ao fim do ano em 13%, teremos uma política responsável e cautelosa.

■ A autonomia do Banco Central ajudaria a melhorar o desempenho da política econômica?

O que é preciso é institucionalidade. A política econômica não pode mudar como as pessoas no comando do Banco Central. Quero um BC que independa de o Aluísio Mercadante ter de aparecer ao lado do presidente do Banco para desfazer os boatos de que ele vai ser demitido. Isso não significa um Banco Central sem responsabilidades. É preciso que a diretoria, eleita com mandato, venha ao Senado, mostre um plano de metas e se apresente de três

em três meses ou quando for convocada para explicar se elas foram ou não atingidas. O Banco Central tem de ser autônomo, não soberano.

■ **Fora a política econômica e o desvio ético, que avaliação o senhor faz do governo?**

Acho que tem muita trapalhada. O Programa Fome Zero é uma mixórdia copiada do governo Fernando Henrique Cardoso. Inventaram outro nome, juntaram dez ou doze programas que já vinham sendo tocados e aplicaram uma boa dose de marketing sob um manto assistencialista.

■ **As medidas que o governo vem adotando em relação ao funcionalismo público são positivas?**

Tirando-se o anúncio de realização de concurso para a contratação de pessoal, não vi nenhuma outra. Reposição salarial não houve até agora. Só um reajuste de 2%, descum-

prindo o espírito da Constituição. Sempre fui francamente favorável à estabilidade, de um corpo burocrático profissional no governo, qualquer governo, de esquerda ou de direita. A máquina funciona azeitada porque serve ao Estado. Acabar com a terceirização nas estatais é positivo. Pode ser um sinal de retomada de um Estado menos precário. Mas todas as ações são permeadas de ambigüidades. O governo só fortalece o Estado onde não deve, avançando no setor privado, nesse modelo contraditório de criar uma agência que perde poder para o ministro. Ou o governo acredita na privatização, ou reestatiza o que privatizou.

■ **O que está por trás da ambigüidade?**

O PT não se preparou para o governo. Não tinha um projeto de Brasil.



Um BC mais perto do usuário

A reestruturação efetuada pelo Banco Central nas representações regionais em 1999 teve um impacto polêmico em Porto Alegre: promoveu a incorporação das atividades do Departamento de Supervisão Direta (Desup), realizadas pela Regional de Curitiba, com o acúmulo momentâneo de processos e a transferência de servidores. Depois da campanha deflagrada pelo Sinal, o BC decidiu reverter parcialmente os efeitos da reestruturação e já anunciou a volta do departamento à capital paranaense. Com o fôlego redobrado pelas poucas boas notícias que embalam a economia brasileira – a produção agrícola e as exportações –, a regional mostra a importância de oferecer à sociedade gaúcha praticamente todos os serviços prestados pelo Banco. Os servidores, entre outras ações relevantes, mantêm a capacidade de exercer a fiscalização, responder às demandas do usuário do sistema financeiro e ainda produzir indicadores capazes de nortear as diretrizes do Comitê de Política Monetária (Copom) numa região com

A Gerência Técnica da Secretaria de Relações Institucionais (Secre) é a porta de entrada do cidadão no Banco Central. É ali que funciona a Central de Atendimento ao Público (CAP), que presta informações, recebe denúncias e reclamações e divulga as campanhas do Banco. Dez servidores se desdobram na missão de

cuidar das correspondências e atender o usuário, por telefone e e-mail. A média mensal de informações prestadas supera 4 mil atendimentos. Reclamações e denúncias atingiram, em novembro do ano passado, 260 registros.

As queixas variam do tamanho das filas a que é submetido o cliente

do sistema financeiro à cobrança de tarifas bancárias. Mais da metade das consultas se refere ao Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos, sobre o Sistema Central de Risco de Crédito e o Cadastro de Instituições Financeiras e Administradoras de Consórcios.

Muitos dos pedidos decorrem da insatisfação do usuário com as infor-





mações fornecidas pelos bancos ou pelas administradoras de consórcios. Um problema recorrente é o Sistema Central de Risco de Crédito. “Muitos cidadãos nos procuram porque receberam uma informação do Banco de que teriam uma restrição em seu nome, sem que lhes seja informada a fonte da pesquisa e qual a base da informação”, diz Vilmar José Maioli, da Secre.

As denúncias mais comuns envolvem o descumprimento da Resolução 2.878 – em especial, o não-fornecimento de informações e documentos solicitados pelos clientes e usuários do Sistema Financeiro Nacional – e a realização de débitos em conta sem a autorização dos correntistas. Mais de 30% das denúncias registradas na capital gaúcha, em 2003, foram de infração à Resolução 2.878/2001, inicialmente conhecida como Código de Defesa do Consumidor Bancário.

Na área de consórcios, as queixas mais freqüentes referem-se à propagação enganosa, à dificuldade de liberação do crédito e à falta de fornecimento e informações solicitadas pelo consumidor.

“Há um descumprimento da Circular 3.085, que trata do relacionamento entre administradoras de consórcios e seus clientes e usuários”, afirma Maioli.

A ação da Representação Regional do Banco Central em Porto Alegre segue a praxe: nos casos de denúncia, a instituição financeira ou a administradora de consórcios é interpelada e tem prazo de dez dias úteis para responder. Cumprida essa etapa, é feito o pós-atendimento, para verificar a satisfação do cliente com a solução apresentada e se ela atende às regras do sistema financeiro. Os casos de maior gravidade, como os que indicam um procedimento rotineiro do Banco contrário à norma, são repassados à fiscalização para providências.

PODER DE FISCALIZAÇÃO

O Desup/GTPAL, ligado à Diretoria de Fiscalização (Difis), é o responsável pela fiscalização da Região Sul. O trabalho segue as metas e o cronograma estabelecidos pelo Programa Anual de Supervisão (PAS). Só para este ano estão previstas 232 atividades. “O PAS é norteado pelas análises indiretas, pela avaliação do supervisor, pelas irregularidades mais freqüentes e pelas demandas dos órgãos de defesa do consumidor e da Secre, além de decisões judiciais e dos indicadores do sistema financeiro”, explica Altamar Garcia Mendes, gerente-técnico do Desup de Porto Alegre.

O Desup/GTPAL, reúne 53 servidores – um gerente, seis supervisores, 44 inspetores e dois técnicos –, encarregados de passar o pente-fino sobre 607

CNPJs. São bancos comerciais, bancos múltiplos, corretoras, distribuidoras, empresas de leasing, sociedades de crédito ao microempreendedor, cooperativas de crédito e consórcios.

Cada um dos seis supervisores comanda uma equipe que atende pela sigla Cosup e é integrada por sete a nove inspetores. Uma é encarregada somente de examinar as 336 cooperativas de crédito, duas se dedicam exclusivamente aos 132 consórcios e três atendem às 139 instituições financeiras.

A aparente distorção na distribuição das tarefas, com apenas um Cosup dedicado ao numeroso conjunto das cooperativas e dois voltados aos consórcios, explica-se pelas especificidades dos segmentos. A supervisão do segmento de cooperativas, muito importante na Região Sul, reunindo 336 das 1.500 instaladas no País e somando um volume de ativos maior do que todas as outras regiões, é facilitada pelo elevado grau de adesão às 11 centrais cooperativas, que estão bem-organizadas e auxiliam o BC na tarefa de fiscalizar. “A Representação Regional do Banco Central em Porto Alegre é mais do que uma simples parceira das cooperativas de crédito”, atesta Orlando Borges Muller, presidente da Central do Sistema de Crédito Cooperativo do Rio Grande do Sul (Sicredi), com 57 afiliadas, 418 pontos de atendimento em 370 dos 497 municípios gaúchos e mais de 500 mil associados, apenas no estado. “Nossos objetivos são comuns: fiscalizar e zelar pela segurança e solidez das cooperativas. A fiscalização do

Banco Central é um ponto positivo e ajuda a garantir a imagem de solidez essencial ao sistema.”

No caso dos consórcios, a explicação é outra: “Os consórcios apresentam um potencial de risco maior que as cooperativas, por isso são fiscalizados por dois Cosups”, explica Altamar. O tamanho do HSBC reserva ao banco uma equipe exclusiva. Não é para menos. O HSBC, que assimilou o antigo Bamerindus, administra cerca de R\$ 60 bilhões de ativos próprios e de fundos de terceiros e emprega 22 mil funcionários. É um dos dez maiores bancos do Brasil e integra um grupo financeiro que é o segundo maior do mundo. “Além dos censores que monitoram as atividades do sistema financeiro, as equipes se baseiam nas análises dos balancetes mensais feitas pelo Desup e nas avaliações do Departamento de Supervisão Indireta (Desin), também ligado à Difis.”

Nos últimos dois anos, o Desup/GTPAL abriu 28 processos administrativos e encaminhou 20 comunicados de ilícitos penais ao Ministério Público. O problema mais comum nos consórcios é a má gerência dos recursos financeiros aportados pelos grupos. Os inspetores do Desup/GTPAL costumam encontrar, com a experiência adquirida, casos de concentração de crédito nas cooperativas gaúchas. Bancos, corretoras, financeiras e empresas de leasing esbarram quase sempre no descumprimento de normas. “O número de irregularidades encontradas é elevado. São problemas cíclicos dos quais nem os bancos escapam”, avalia Altamar.

Para enfrentar o desafio de fiscali-

zar tantas e tão variadas instituições, o Desup investe na eficiência: “A informatização, aliada ao aumento da qualificação do pessoal, permite o exame completo de todas as operações de uma carteira de qualquer instituição financeira, e não mais a análise apenas por amostragem, aumentando a nossa eficiência em 100%”, diz Altamar.

REFORÇO ÀS DECISÕES DO COPOM

Em dezembro de 2003, a Regional reincorporou o Departamento Econômico (Depec). Vinculado à Diretoria de Política Econômica, que fora extinta das representações do Banco Central no governo Collor, o departamento chefiado por Vera Maria Schneider, 26 anos de casa, tem por enquanto três funcionários e uma empreitada e tanto: aprimorar as análises de indicadores regionais.

Na prática, trata-se de buscar o estreitamento nas relações do Banco Central com instituições regionais encarregadas de produzir índices socioeconômicos. Parcerias já estão sendo estabelecidas com o Centro de Estudos de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Cepa/UFRGS), a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

“Nossa capacidade de produção de pesquisas é imensa, e uma parceria com o Banco Central pode nos abrir o caminho para o desenvolvimento sistemático desses trabalhos”, aposta Luiz Antonio

Slongo, coordenador de pesquisas do Cepa/UFRGS, responsável pela única medição mensal de indicadores de confiança do consumidor no RS, que já são usados pelo Depec. “A falta de recursos da universidade impede que o Cepa realize estudos sobre a evolução da produção industrial no estado, boa parte dela voltada para a exportação, em setores como o de couro e de montadoras de ônibus, e o desempenho da agricultura, que também tem um papel essencial para a economia do País.”

Responsável pelas poucas boas notícias que embalam a economia do Brasil, o Sul Maravilha está pesando pouco nas decisões da política econômica. O crescimento do PIB gaúcho em 2003 foi de 4,7%, em contraste com queda de 0,2% do resto do País. A agropecuária cresceu 18,5%. Os indicadores de confiança são melhores e mais acentuados no interior, por conta da safra agrícola do ano passado, que colheu US\$ 1 bilhão em grãos. A expectativa para este ano é de continuidade do crescimento da atividade agropecuária.

“Nossa prioridade é assessorar a tomada de decisões do Comitê de Política Monetária, o Copom”, afirma Vera Maria Schneider, do Depec. É uma missão e tanto. Que os bons ventos que vêm do Sul, a partir da Regional do Banco Central em Porto Alegre, cheguem a todo o Brasil.



ABRAPP

Um novo ciclo de

O sistema brasileiro de fundos de pensão ingressa em um novo ciclo de mais rápido crescimento, apoiado em um pano de fundo legal e normativo favorável a tal incremento, uma postura fomentadora por parte do governo e um cenário propício ao retorno dos investimentos. Com mais de 2,6 milhões de trabalhadores participando diretamente, e perto de 8 milhões de brasileiros de beneficiários indiretos considerando os familiares, chegou ao fim do ano passado com um patrimônio da ordem de R\$ 240 bilhões, o que significou um expressivo salto de 28% em 2003.

Este resultado, somado à convicção geral de que os novos cenários garantem a continuidade desse crescimento no ritmo atual e até mesmo superior, permite prever até mesmo que o sistema conseguirá dobrar de tamanho até o final da década. Mas, se olharmos mais de perto, veremos que estes números, por mais excepcionais que se mostrem, não são os únicos sinais reveladores dessa nova fase em que a previdência complementar fechada ingressou.

É que, ao lado desse crescimento quantitativo, observa-se que o sistema cresce também qualitativamente. E uma das melhores expressões disso é a ética e a transparência nas atitudes. Estas são qualidades que traduzem, claro, a vontade dos dirigentes de fundos de pensão, que seguem um rígido Código de Ética e, além disso, estão subordinados, desde o início de 2004, a um novo Regime Disciplinar. Mas são também fruto da Resolução CMN 3.121, de 25 de setembro de 2003, que veio em boa parte para simplificar e dar mais clareza às políticas de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar.

A Resolução CMN 3.121 é bastante clara aos descrever as obrigações das diretorias das entidades. A legislação determina, por exemplo, que deve haver

uma estratégia na aplicação dos ativos, tendo como parâmetro os compromissos atuariais, mais especificamente a meta anual de 6% de juro real mais o correspondente a um indexador. Todos os fundos de pensão passaram a estar obrigados a elaborar uma avaliação do cenário econômico e setorial, ao mesmo tempo em que uma estratégia de formação de preço dos seus ativos.

O material utilizado na elaboração de estratégias e da avaliação do mercado fica à disposição da Secretaria da Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência Social, e também do Conselho Fiscal do próprio fundo de pensão. Este último deve avaliar, a cada semestre, a política de investimentos seguida pela entidade.

Acredito mesmo que um dos pontos altos da resolução é esta atribuição ao Conselho Fiscal da missão de avaliar duas vezes por ano a aderência da gestão dos recursos ao que havia sido proposto como política de investimentos. O intuito é muito evidente e elogiável: fortalecer a cultura de gestão dos custos, com menos formalismo e mais bom senso.

Nota-se ainda um maior envolvimento dos órgãos estatutários na fixação da política geral de investimentos de cada fundo, notadamente os conselhos Deliberativo e Fiscal, em sintonia com os dispositivos das leis complementares 108 e 109, que trouxeram uma maior valorização dessas duas instâncias. Com isso se terá conseguido um maior acompanhamento das aplicações e dos retornos proporcionados, resultando em maior transparência no conhecimento das aplicações e de seus resultados.

Os dirigentes de fundos de pensão sentem como inevitável essa carga de responsabilidades e, na ver-

Paulo Roberto, meu amigo

Pediram-me um texto em sua homenagem, para ser publicado na revista Por Sinal. Tal texto (um artigo?), além do propósito de homenageá-lo, contaria um pouco da sua atuação à frente do Sinal. E de como você ajudou a criar e dar vida ao nosso Sindicato. Bem, era essa a intenção.

Não deu, porque falar de você é o mesmo que falar do Sinal, é falar de duas trajetórias que se confundem. Com isso em mente, pensei em fugir do formalismo e do risco que se corre de ser ou piegas ou seco e direto demais num texto "homenagem". Não queria ficar preso à rigidez da forma e ao conteúdo. Resolvi, então, escrever esta carta, falar diretamente com você. E como falar agora sem emoção? A emoção foi a marca que você nos legou. Foi com emoção, muita emoção, que você passou pela vida de todos nós, seus familiares, amigos, colegas e companheiros de luta e construção da nossa Entidade representativa. E é sempre com emoção que nos lembramos de você.

Para que muitos também a leiam, vai esta carta publicada na revista. Não encontrei melhor modo de compartilhar sentimentos neste momento de perda, que é tão maior e dolorosa quanto possível, ao nos recordarmos de seu espírito de liderança, iniciativa e generosa doação. E, para mim, é motivo de orgulho ter sido honrado, por tantos anos, com o incomparável privilégio de sua amizade.

Você não gostava de rituais, de formalismos, das coisas muito certinhas. Estava sempre inventando, criando opções mais simples e originais, tanto no trabalho quanto nas miudezas do viver. Espírito de liderança, trabalho de equipe, organização de eventos, a idéia do jornal, do "escambão", dos agitos culturais, dos concursos, do "site", desta revista... Tanta coisa passou pelo crivo da sua imaginação, do talento da sua vertiginosa inteligência e da sua formação cultural, sempre valorizando os tipos e as coisas mais características da sua Cidade Maravilhosa, com a qual tanto se identificava,



mas sem deixar também de apreciar a criação regeneradora da minha, distante, como você dizia, apenas uma Via Dutra.

Você se foi muito depressa, meu amigo. Ficamos meio órfãos e sozinhos, mas sabendo que o exemplo de sua vida permanecerá, como um estímulo a nos impulsionar e fortalecer na luta contra as injustiças, na busca teimosa de uma sociedade fraternal e justa. O entusiasmo com que você se atirava no enfrentamento dos desafios do dia-a-dia, na política e na construção incansável do nosso Sindicato será sempre uma lição para todos nós.

Isso me faz lembrar que preciso lhe contar que as coisas teimam em andar de lado, se não para trás. Veja só, falávamos há bem pouco da utopia da nossa geração, que "quase" aconteceu, a despeito de ter chegado "lá". Vá lá que talvez ainda seja cedo para um juízo tão rigoroso, mas nos perguntávamos e questionávamos o processo político-social que resultou num governo "popular" com



uma cara tão neoliberal que nem o seu mais ferrenho opositor ousara imaginar. E você, que sempre soube de onde sopra o vento, parafraseando o filósofo, sentenciou: “Zé, a gente só conhece os homens de verdade quando eles assumem o poder.” E, combativo, arrematou: “Tudo bem, não liga não, a gente se organiza de novo, recomeça o trabalho e toca a vida. Um dia, com certeza, dá certo.”

Queria falar mais com você. Misturar um pouco as muitas lembranças, as viagens da nossa Caravana Rólídei, as caminhadas pelo centro do Rio em busca “daqueles” tesouros escondidos nos sebos, bancas e calçadas, a ida ao Caraça, a Salvador, à Barra do Piraí, à Cantareira, tantos lugares... E o seu bairro, a Glória. Onde morou o paulista Mário de Andrade e onde você era conhecido como “o professor”. Lembrar um verso de Drummond, o poeta preferido, na “Elegia 1938”, que usei num longínquo cartão de Natal para defini-lo, e que – depois você me disse – encorajou-o ainda mais nas

professor”. Lembrar um verso de Drummond, o poeta preferido, na “Elegia 1938”, que usei num longínquo cartão de Natal para defini-lo, e que – depois você me disse – encorajou-o ainda mais nas lutas que travou:

“Coração temeroso,
tens pressa em confessar tua derrota
em adiar para outro século a felicidade
coletiva.

Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego,
e a injusta distribuição
porque não podes sozinho dinamitar

sempre acreditamos ser o meio que nos levava adiante, o amor pelas causas da justiça, buscando sempre o bem. A despeito de o mundo continuar bem hostil ao gênero humano, e este teimosamente aferrado à tarefa de destruição (em massa?) do próprio planeta. Dessa insensatez resulta a necessidade de sermos vigorosamente fortes para resistir, do jeito que você nos ensinou.

E como terminar uma carta como esta? Primeiro, dizendo que você faz uma falta danada. Depois, confirmar o compromisso de manter acesa a chama do seu exemplo de vida. E, assim, me despedir mandando um abraço saudoso e já sabendo que, onde quer que esteja, esse lugar estará passando por uma revolução. Porque, com certeza, você estará muito ocupado organizando o que precisa ser organizado, reparando o que precisa ser reparado, mudando o que precisa ser mudado, olhando por nós e dando a maior força. Lembrando-nos, por fim, a mensagem de que a nossa jornada pela vida deve ser cumprida como uma missão, com os ingredientes que você sempre abraçou: fé, amor, entusiasmo e alegria.

José Carlos da Costa, diretor de Relações Externas do Sinal SP

S

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, David Falcão, Gustavo Diefenthaler,
João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro,
Mário Getúlio Vargas Etelvino,
Orlando Bordallo Junior, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal
SAS quadra 5, lote 4, bloco K, sala 410
Edifício Ok Off Tower – 70070 -100 Brasília (DF)
Telefone: (61) 322-8208
nacional@sinal.org.br
www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Paulo Vasconcellos e Jefferson Guedes

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotos: Agência Focus (senador Jefferson Péres) e divulgação (senador Eduardo Suplicy e secretário Sérgio Miranda)

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

C u r r i t i b a

ultra design



SLAVIERO
PALACE HOTEL



SLAVIERO
BRAZ HOTEL



e.xecutive
Hotéis Slaviero

Rockefeller
Hotéis Slaviero

full JAZZ hotel
CONCEPTUAL HOTEL
SLAVIERO

slim.
Hotéis Slaviero



HOTÉIS
SLAVIERO

A melhor conexão para os seus *negócios* está aqui.

r e s e r v a s : 0800 704 3311

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL